

**CADERNO
DEBATES #2**

JOVENS DO BLOCO * JOVENS DO BLOCO * JOVENS DO BLOCO



**CONFERÊNCIA
DE JOVENS
DO BLOCO**



JOVENS DO BLOCO * JOVENS DO BLOCO * JOVENS DO BLOCO



REGULAMENTO	4
MOÇÃO A	7
LISTA A CANDIDATA À CNJ	15
LISTA DE SUBSCRITORES MOÇÃO A	16
MOÇÃO M	18
LISTA M CANDIDATA À CNJ	25
LISTA DE SUBSCRITORES MOÇÃO M	26
TEXTOS DE CONTRIBUTO	28



REGULAMENTO DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE JOVENS DO BLOCO DE ESQUERDA

1. CONVOCAÇÃO

1.1. O processo preparatório da X Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda inicia-se com a sua convocação, pela Mesa Nacional, a 31 de janeiro de 2026.

1.2. A X Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda é convocada para os dias 11 e 12 de abril de 2026.

1.3. A abertura do processo da Conferência Nacional é assinalada pela comunicação, por e-mail, a todos/as os/as aderentes, dos prazos e procedimentos de debate e votação, bem como da sessão final da Conferência Nacional e pela publicação no site do Bloco (bloco.org).

2. PARTICIPANTES

2.1 A X Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda é aberta a todos e todas as aderentes do Bloco até aos 26 anos, inclusive. Podem eleger e ser eleitos os e as jovens com a quota de 2026 regularizada até à data da Conferência e que estejam inscritos no Bloco de Esquerda há pelo menos seis meses aquando da convocação da mesma (31 de julho de 2025).

2.2. Só poderá participar da X Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda quem tenha previamente efetuado a inscrição. As inscrições fecharão 5 dias antes da Conferência. O formulário de inscrição será enviado a todo o universo da Conferência. Convidados/as devem ter-se inscrito previamente e sido aceites pela COC.

3. COMISSÃO ORGANIZADORA

3.1. A Comissão Organizadora da Conferência (COC) Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda será composta por Sofia Lopes, Rodrigo Machado, Beatriz Realinho e Diogo Mira.

3.2. A partir da entrega de listas concorrentes à X Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda, cada uma designará um/a representante para a COC. Será criado um endereço eletrónico da COC para o qual devem ser enviadas as mesmas.

3.3. Compete à COC a responsabilidade do processo preparatório da X Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras: a logística, informação e finanças da Conferência; o cumprimento, a nível nacional, das datas e prazos estabelecidos no presente regulamento; a receção e edição dos documentos preparatórios, através dos boletins deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias e a sistematização da informação sobre os debates preparatórios.

4. MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA E LISTAS CANDIDATAS À COORDENADORA NACIONAL DE JOVENS DO BLOCO DE ESQUERDA

4.1. Só são admitidas moções de orientação política que sustentem lista candidata à Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda, que tenham um limite máximo de 25.000 caracteres (incluindo espaços) e sejam subscritas por um mínimo de 20 aderentes do universo de aderentes até aos 26 anos (inclusive) do Bloco de Esquerda.

4.2. Só são admitidas listas candidatas à Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda compostas por um máximo de 14 efetivos/as e um mínimo de 2 efetivos/as, que cumpram o critério da paridade de 50% e que sejam sustentadas por moções de



orientação política.

4.3. As listas à Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda admitem suplentes.

4.4. O prazo de entrega de moções e listas termina às 24h do dia 11 de março, em suporte eletrónico, através do endereço da COC.

4.5. As moções serão publicadas no site do Bloco (bloco.org) e enviadas em boletim debates #1 por e-mail a todos/as os/as aderentes até aos 26 anos inclusive no dia 15 de março.

5. TEXTOS DE CONTRIBUTO

5.1. Os textos de contributo podem ser subscritos por um ou mais aderentes até aos 26 anos inclusive.

5.2. O prazo de entrega dos textos de contributo é dia 29 de março, estes serão distribuídos em boletim debates #2 via e-mail a todos os aderentes até ao dia 3 de abril.

6. DEBATES PREPARATÓRIOS

6.1. A COC organizará um roteiro de debates entre as moções concorrentes.

7. VIII CONFERÊNCIA NACIONAL

7.1. A X Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda realiza-se a 11 e 12 de abril de 2026 em Lisboa.

7.2. A X Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda é aberta a todos/as os/as participantes nos termos do artigo 2º.

7.3. A X Conferência Nacional tem a seguinte ordem de trabalhos:

DIA 11 DE ABRIL:

14h30: Debate a definir pela COC.

16h30: Discussões temáticas em grupo.

18h: Debate a definir pela COC

21h: momento de lazer e angariação de fundos a definir pela COC (concerto, festa e.t.c.)

DIA 12 DE ABRIL:

9h30: Abertura da mesa de credenciação.

10h: Sessão de Abertura da X Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda

10:10h: Eleição da Mesa da Conferência 3

10:30h: Início do debate de moções e abertura das urnas

13h-14:30h: Almoço

14:30h-18:30h: Debate entre moções

18:30h: Fecho das urnas

8. CASOS OMISSOS

8.1. Todos os casos omissos serão decididos pela Comissão Organizadora da Conferência (COC).



CALENDÁRIO SIMPLIFICADO:

11 DE MARÇO: Data limite de entrega de moções e listas

29 DE MARÇO: Data limite de entrega de textos de contributo

25 DE MARÇO A 8 DE ABRIL: Debates preparatórios entre as listas

11 E 12 DE ABRIL: X Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda



MOÇÃO A REORGANIZAR PARA VIRAR O JOGO

1 • REORGANIZAR PARA VIRAR O JOGO

Somos jovens e somos do Bloco de Esquerda. Militamos nas nossas escolas, nas nossas faculdades, nos nossos trabalhos, nas nossas concelhias e distritais. Apresentamos esta moção à CNJ, sem desistir de um horizonte de unidade onde cabem todos e todas.

O tempo em que vivemos exige de nós mais do que resistência. Exige uma verdadeira contraofensiva. A nossa geração cresceu sob o signo da crise perpétua, refém de um sistema capitalista que nos promete o mundo, mas que apenas nos entrega precariedade, ansiedade e incerteza. O jogo, tal como está montado hoje, está viciado contra nós. Trabalhamos cada vez mais, saltando entre vínculos precários e falsos recibos verdes, apenas para sobreviver. A habitação, que deveria ser um direito básico, foi transformada no maior casino do país: enquanto fundos imobiliários e especuladores acumulam lucros obscenos, nós somos obrigadas e obrigados a entregar a esmagadora maioria do nosso salário por um quarto ou a adiar indefinidamente a nossa independência. Ao mesmo tempo, o nosso planeta sofre sob o peso da ganância fóssil. A emergência climática já não é uma ameaça do futuro, mas um presente asfixiante, e nós reivindicamos o direito de travar o colapso e exigir uma transição justa que ponha a vida à frente do lucro.

Não aceitamos jogar com as cartas marcadas da opressão. Somos as e os jovens que recusam recuar um milímetro nos direitos conquistados e que marcham na linha da frente por todos os que ainda faltam. O nosso combate é convictamente feminista: pelo direito aos nossos corpos, pela partilha dos cuidados, por salários iguais e pelo fim de toda a violência machista e patriarcal. É uma luta intransigentemente LGBTQI+, contra a vaga de ódio conservador que tenta empurrar-nos de volta para a invisibilidade, reivindicando o direito de existir e amar em pleno nas ruas, escolas e locais de trabalho. É um combate antirracista, antifascista e anticolonial, exigindo o desmantelamento das fronteiras físicas e sociais que agridem as pessoas migrantes e racializadas, e lutando por um ensino que não apague a memória histórica. Um combate firme, intransigente e revolucionário contra o capital.

Sabemos que o cansaço, o medo e a desilusão são as principais armas do sistema para nos desmobilizar. O avanço das forças de direita e do capital exige que olhemos para a nossa força coletiva com redobrada exigência. Não basta resistir ao embate. Precisamos de Reorganizar para Virar o Jogo. Reorganizar significa voltar à base: fortalecer os nossos núcleos, enraizar a nossa presença nas escolas, nas faculdades e nos locais de trabalho. Significa politizar o descontentamento diário da nossa geração e transformá-lo em organização e poder popular. Como Jovens do Bloco, feministas, ecossocialistas, queer e antirracistas, apresentamo-nos a esta Conferência com a certeza de que a resignação não é opção. Estamos aqui para fazer a luta toda, construindo um Bloco de Esquerda mais forte e dinâmico, porque só virando este jogo seremos os donos do nosso próprio futuro.

2 • UMA CNJ EM RECONFIGURAÇÃO

Estamos no tempo de todos os desafios. O Bloco de Esquerda enfrenta o momento mais difícil da sua história e a direita organiza-se nas escolas e faculdades. Nas redes sociais, o algoritmo, como arma da manipulação, permite uma intoxicação massiva, diária e constante.



Face a este panorama, a Coordenadora Nacional de Jovens deve realizar uma análise crítica e construtiva da sua posição dentro da estrutura do partido, identificando os erros do passado, clarificando claramente os caminhos e lutas às quais deve dar corpo.

Reconfigurar a CNJ é ouvir os militantes, é integrar a militância, é formar politicamente e é estar presente em todo o território nacional. Reconfigurar a CNJ é ousar ir contra a corrente.

2.1. • DEBATE E DECISÃO

A XIV Convenção do Bloco de Esquerda apontou caminhos importantes para o reforço da participação militante e da democracia dentro do Bloco. Só com a criação e fortalecimento dos órgãos de base é que todos os militantes podem ver respeitado o seu direito à participação democrática. Alguns exemplos, como a criação de núcleos de faculdade, mostram-nos que o fortalecimento desses órgãos permite uma multiplicação de espaços de participação e decisão. Esse trabalho militante muito real, e por vezes invisível, é fundamental para que a descentralização não seja apenas um princípio proclamado, mas uma prática concreta.

Descentralizar é, acima de tudo, criar espaços de participação que formem novas vozes capazes de decidir. É nesse trabalho paciente de base, de organização de núcleos, dinamização de reuniões e envolvimento de militantes que se faz, de facto, a democratização do Bloco.

2.2. • UM BLOCO DE JOVENS

O Bloco de Esquerda é um partido de todas as idades e gerações. Sabemos que a atividade militante jovem é crucial para a sua existência e que cabe à CNJ saber remar essa onda de esperança.

Nas sucessivas campanhas eleitorais do mandato passado, tivemos a certeza de que a nossa militância deu força ao Bloco nas diferentes eleições. Nas distritais e nas concelhias são os jovens que tomam pelas suas mãos a concretização do nosso projeto socialista em toda a escala. Nas escolas, nas faculdades e no trabalho são os jovens que constroem movimentos de resistência ao avanço do projeto da direita de destruição do estado social e das condições laborais. Assim, o papel de um jovem no Bloco assume cada vez mais uma centralidade que não lhe deve ser retirada ou ignorada, mas sim valorizada.

A CNJ deve ser a ponte de comunicação, interligação e organização entre grupos locais (concelhios, distritais ou regionais), grupos temáticos, grupos por locais de estudo ou de trabalho. Não somos uma juventude partidária, não o queremos ser, está na nossa essência a crença de que os jovens devem estar integrados e participar de forma plena em todas as atividades do partido pois estes são a pedra angular de toda a nossa atividade.

2.3. • TRANSPARÊNCIA, COESÃO E PROXIMIDADE

Portugal é um país fraturado, realidade que se repercute no nosso partido. Se a perda de capacidade económica e a falta de acesso a serviços públicos marcam o nosso país, nomeadamente o seu interior, o êxodo de jovens que tal fenómeno provoca, não se torna menos real no Bloco de Esquerda.

Este é o momento para uma estratégia diferente do atual funcionamento da CNJ, que já demonstrou não ser eficaz no combate às disparidades territoriais no seio dos jovens.

Por todo o nosso país, encontramos jovens que não encontraram na CNJ respostas para a sua mobilização, desconhecendo muitas vezes o seu trabalho e a sua função. Num sentido



inverso, a CNJ desconhece o trabalho jovem dos diferentes núcleos que, com mais ou menos atividade, dinamizam a militância do nosso partido. Esta realidade tem de acabar.

A alteração profunda da CNJ, com a introdução de um regulamento de funcionamento interno, a criação de setores regionais da CNJ, próximos da militância, a newsletter mensal, o calendário nacional com capacidade de articulação em tempo real e online com os núcleos territoriais, a auscultação real das bases e a presença no terreno serão o caminho para corrigir os erros passados. Para resistir, crescer e reconstruir precisamos de debate, proximidade e muita comunicação.

2.4. • OCUPAR AS REDES SOCIAIS

Neste próximo mandato, a CNJ deve encarar o meio digital como uma trincheira e não como um refúgio. É essencial recusar o acantonamento digital, garantindo que a nossa presença online é um reflexo orgânico da nossa política quotidiana e da nossa luta nas ruas sem cair no erro de fazer da mesma uma encenação política.

Encarar a comunicação, não apenas como uma ferramenta digital, mas sim como um instrumento de mobilização jovem contra a precariedade e o reacionarismo que o algoritmo tantas vezes protege. Ocupar as redes sociais é ter a oportunidade de transformar a agitação virtual em força de trabalho militante e em ocupação territorial.

A intervenção digital dos Jovens do Bloco deve ser o espelho rigoroso da nossa presença nos locais de trabalho, estudo e de resistência cultural.

A CNJ usará os seus canais de comunicação como forma de dar a conhecer as suas lutas, proporcionando uma plataforma às vozes que, no dia a dia das escolas, faculdades e locais de trabalho, personificam a renovação do projeto socialista.

A adoção de uma metodologia de partilha de informações, intervenções diretas e análises de fundo nas redes sociais permite transformar o ecrã num espaço de formação política e recrutamento, onde a visibilidade digital de jovens militantes e ativistas permite também consolidar a sua presença nos movimentos sociais.

A prioridade é usar o meio digital para converter a simpatia passiva em compromisso militante, garantindo que as redes amplifiquem a agitação real e a solidariedade, preparando uma nova geração de jovens para o embate ideológico contra o reacionarismo.

2.5. • FORMAR PARA INTEGRAR

Nenhuma forma de comunicação digital substitui a organização, antes pode promovê-la e complementá-la. O recurso a meios digitais e de comunicação interna não substitui a presença física onde as decisões são partilhadas, a aprendizagem é feita em comum, em camaradagem.

A integração de jovens militantes no Bloco de Esquerda tem falhado. Não existe acompanhamento real de quem entra, nem uma partilha de conhecimento do funcionamento interno da estrutura. Nos últimos anos, centenas de jovens entraram no Bloco de Esquerda e encontraram uma organização incapaz de os formar, mobilizar e agarrar.

A CNJ deve, reconhecendo esta realidade, ousar alterá-la. Devemos promover a integração ativa, evitando que o primeiro contacto de jovens recém aderentes seja desamparado e desmobilizador, organizando uma rede de responsáveis por realizar o acompanhamento regional de novos aderentes, alargando a estrutura de forma gradual e consciente, entregando ferramentas concretas de militância. Formando para integrar, descentralizamos a nossa atividade, atribuindo a cada novo jovem uma ferramenta e uma responsabilidade para, peça a peça, reconstruir o Bloco de Esquerda.

3 • GANHAR AS ESCOLAS

3.1. • ENSINO SECUNDÁRIO

O ensino secundário encontra-se completamente desatualizado, quer ao nível curricular, com cargas horárias excessivas, objetivos desligados da realidade e ensino orientado para os exames, quer no modelo de gestão das escolas.

A voz dos alunos é relegada para segundo plano, sufocando qualquer vislumbre de democracia na escola. As Associações de Estudantes, que existem ao nível do ensino secundário, são infantilizadas pelas próprias direções das escolas esmagando qualquer ativismo estudantil, muitas vezes transformadas em meras comissões de festas. Numa realidade onde as agências de viagens acumulam mais-valias enquanto a defesa de uma escola pública de qualidade fica a marcar passo.

Em todo o país, o parque escolar mantém-se degradado e coloca em perigo quem nele trabalha e quem nele estuda. Diariamente, o Estado Português falha na sua função como garante do direito à educação, quando permite a degradação ativa de centenas de escolas secundárias e básicas.

Os movimentos estudantis são parte essencial da construção de um ensino mais livre, igual e democrático. Através de grupos organizados, devemos unir os estudantes em torno de um objetivo concretizável adaptado a cada contexto. A adesão e alargamento do Bloco ao Ensino Secundário deve ser o culminar de um movimento participado que nasce da necessidade de resposta aos problemas dos estudantes. A CNJ deve ter um papel ativo no apoio aos militantes do Ensino Secundário para estes criarem movimento na sua escola.

3.2. • ENSINO PROFISSIONAL

Marcadas pela aposta num ensino secundário com vista ao Superior, as escolas entenderam o ensino profissional como um ensino “de segunda”, canalizando para esta via quem entendem não se destinar ao Superior. O ensino profissional tem trazido consigo o abuso de estágios não-remunerados com influência avaliativa, e uma elevada carga horária.

As vias profissionalizantes devem ser valorizadas pelo seu carácter de ensino técnico e de formação profissional, dotadas de boas condições, e não utilizadas pelas escolas como forma de organizar estudantes consoante as suas características sociais.

3.2. • ENSINO ARTÍSTICO

A lógica do ensino útil, na ótica do mercado, tem predominado no ensino português e tem-se sentido de forma aguda no Ensino Artístico. As escolas de Ensino Artístico são geralmente caracterizadas pela falta de materiais e espaços adequados à aprendizagem, falta de docentes, turmas sobrelotadas e falhas nos métodos de avaliação. Verifica-se, também, uma falta de oferta pública robusta, empurrando quem quer seguir esta via para o ensino privado.

O ensino deve valer pela capacidade de criar espírito crítico e conhecimento e não pela sua suposta utilidade ao mercado.

3.4. • ENSINO SUPERIOR

A lógica do utilizador-pagador reina no Ensino Superior em Portugal. A propina nada é senão a transferência da obrigação de financiamento do Estado para quem estuda e para as respetivas famílias. O sistema de propinas discrimina nos rendimentos de quem acede, acompanhado, ou não, de uma ação social subfinanciada e com objetivos errados – pagar



a propina e não os custos associados à frequência de um curso.

O atual Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior assenta numa ideia de Ensino Superior enquanto fábrica de trabalhadores, orientando-se por critérios de empregabilidade e de utilidade para o mercado, ao invés de uma educação virada para a criação de conhecimento e para a emancipação individual e coletiva, não só das pessoas que o frequentam, mas da sociedade em geral. A autonomia concedida às IES não se traduz numa real autonomia numa lógica de liberdade de ensino, condenando ao subfinanciamento e à desvalorização de áreas do saber como as humanidades, as ciências sociais e as artes.

A habitação é hoje o principal obstáculo ao ingresso e à permanência no ensino superior. Devemos evidenciar o conjunto de promessas vazias do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior, passando à criação de movimento com objetivos claros e concretizáveis. Através de petições, que devem ser conseguidas em estreita ligação e contacto direto com os estudantes que vivem em residências, ou que não arranjam quarto, conseguimos a criação de movimento com objetivo de construção ou requalificação do parque habitacional estudantil da nossa Universidade.

A CNJ deve ser a ponte entre estudantes, incentivando os jovens do Bloco a participar e a estar em contacto direto com os estudantes nas suas comissões de residência e reunindo os grupos de militantes existentes nas faculdades para fomentar a criação destes movimentos.

4 • QUEREMOS UMA VIDA BOA

4.1. • HABITAÇÃO

A intensificação da crise da habitação está à vista de todos. As políticas de direita na habitação não só não a resolveram, como continuam a agravá-la. À desigualdade entre gerações no acesso à habitação acresce o aprofundamento da desigualdade de classe, com recursos públicos a serem canalizados para medidas que beneficiam quem mais tem e quem já consegue comprar casa. Incapazes de lidar com os preços insuportáveis, os jovens são desproporcionalmente afetados por esta crise.

No ensino superior, esta crise atinge um novo patamar: o maior obstáculo de acesso ao Ensino superior já não são as médias, é o preço de um quarto. O Estado falhou aos estudantes. O Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior (PNAES) arrasta-se em promessas e atrasos, enquanto o mercado e a especulação imobiliária devoram a nossa geração. As poucas residências públicas que existem estão lotadas e em situação deplorável. Isto não é um mercado a funcionar, é uma expulsão planeada.

A CNJ tem de ser a voz destas reivindicações. Temos de levar esta luta para as ruas, para as cantinas e para as salas de aula.

4.2. • TRABALHO

O nosso futuro está em causa e o ataque aos direitos laborais já começou. O Pacote Laboral apresentado pelo governo dos patrões está a ameaçar todas as gerações, mas especialmente quem começa agora a sua vida profissional.

Somos a geração que cresceu a ouvir promessas de futuro, mas que entra no mercado de trabalho encontrando, demasiadas vezes, apenas portas entreabertas, contratos a prazo e salários que não chegam ao fim do mês. A precariedade deixou de ser exceção para se tornar regra – e isto não acontece por acaso. Acontece porque há escolhas políticas que



colocam o lucro acima das nossas vidas.

Reconhecemos a fraca adesão dos jovens ao atual modelo dos sindicatos. A cultura hegemónica que se pauta pelo ultraindividualismo cultivou na juventude a falta de consciência da luta coletiva e os jovens não encaram os sindicatos como espaço de luta e reivindicação.. Enquanto jovens, é a nossa missão compreender quais os novos tipos de trabalho, como organizar para os proteger, encontrando soluções que defendam todos.

Temos de focar a nossa ação política e o nosso apoio militante nos setores mais precários e desprotegidos: os call centers, o trabalho em plataformas digitais, a restauração, o retalho e o trabalho sazonal. É nestas trincheiras que os jovens estão e é aí que os Jovens do Bloco têm de estar. Exigimos o fim imediato da ditadura dos recibos verdes e do trabalho temporário que nos rouba o direito a planear o futuro. Queremos salários que acompanhem o custo de vida e que nos garantam o direito à habitação.

O nosso futuro não se pede, conquista-se.

4.3. • SAÚDE MENTAL

O espírito de produtividade máxima está em todo o lado, da escola ao trabalho. A escassez de cuidados de saúde mental no SNS, nas escolas e faculdades condena a maioria dos jovens a não conseguirem aceder a cuidados psicológicos, empurrando-os a procurá-los fora do SNS, uma despesa impossível de comportar.

É urgente o investimento em saúde mental, com mais psicólogos nas escolas, instituições de ensino superior e no SNS.

4.4. • LEGALIZAÇÃO DA CANÁBIS

Portugal foi pioneiro na descriminalização do consumo de drogas, mas há ainda muito conservadorismo a combater. Em 2018, o Bloco aprovou o uso de canábis para fins medicinais. A legalização da canábis recreativa é o próximo passo.

A lógica proibicionista apenas favorece quem lucra com o negócio, perpetuando a violência e elevando os riscos de adulteração.

4.5. • INTERRUÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ

A descriminalização da interrupção voluntária da gravidez permitiu avanços extraordinários nos direitos das mulheres e nos direitos de saúde pública. Agora, é tempo de fazer um balanço. O acesso à lei não está a ser garantido, havendo obstáculos incompreensíveis. A maior parte dos centros de saúde e muitos hospitais não asseguram o acesso ao aborto.

É necessário o fim do período de reflexão, da exigência de dois médicos no processo e o alargamento do direito à IVG às 14 semanas.

4.6. • MOBILIDADE

A política de transportes comporta uma rede complexa de fatores com influência direta na vida quotidiana dos jovens: determina quanto tempo demoramos a chegar ao trabalho, à escola, à faculdade e, por isso, o tempo para viver.

Defendemos o transporte coletivo gratuito e de qualidade que seja capaz de evitar a utilização de combustíveis fósseis e, para isso, temos de colocar os transportes ao serviço das necessidades das pessoas e do desenvolvimento do país, com mais frequência e mais



horários compatíveis com o trabalho por turnos e com o ensino pós-laboral.

5 • MOVIMENTOS SOCIAIS E AS LUTAS QUE NOS REGEM

5.1. • LUTA FEMINISTA

As mulheres continuam a ser violentadas e discriminadas nas várias esferas da sua vida. A tendência para trabalhos mais precários, a desigualdade salarial e o papel social que lhes é atribuído faz das mulheres as primeiras vítimas dos recuos do estado social.

A experiência universitária, frequentemente idealizada como um espaço de emancipação, esconde realidades duras e violências normalizadas contra as mulheres. Nos corredores, salas de aula e gabinetes, o assédio moral e sexual continua a ser uma realidade silenciada.

Por um feminismo interseccional que combate todas as formas de opressão, sem deixar ninguém para trás, somos feministas e anticapitalistas.

5.2. • LUTA QUEER

A perseguição a espaços com forte ligação à libertação queer, tais como o Planeta Manas e a Sirigaita, expõe a aliança entre a gentrificação e o reacionarismo que tenta silenciar vozes alternativas e inconformadas.

As e os Jovens do Bloco de Esquerda rejeitam o “pinkwashing” das grandes corporações, e eventos como o EuroPride que mercantilizam as nossas lutas e os nossos corpos. Mais do que nunca, é necessário recuperar as ruas. É essencial reforçar a nossa presença nas diversas marchas do orgulho, no cenário queer alternativo e nos mais diversos espaços de luta e resistência ameaçados pela lógica do capital.

5.3. • LUTA ANTIRRACISTA

Em Portugal, o racismo é uma realidade, tanto social como institucional. Isso é visível na perpetuação do mito do “bom colonizador” ou no caso dos jovens afrodescendentes que são desproporcionalmente canalizados para as vias profissionalizantes, vendo o seu acesso ao ensino superior severamente dificultado.

É impossível dissociar a ascensão da extrema-direita e o crescimento de políticas racistas e xenóforas. Recusamos a instrumentalização das pessoas migrantes, recusamos uma União Europeia que deixa à margem jovens imigrantes, propagando políticas de discriminação e a opressão. Enquanto jovens socialistas e anticapitalistas, lutamos por um futuro mais justo e igual.

5.4. • LUTA CLIMÁTICA

As tempestades do início de 2026 colocaram à vista a falta de preparação e a incapacidade do país para lidar com fenómenos climáticos extremos e reforçou o que sempre dissemos: a luta climática é a luta pela nossa sobrevivência, é a luta das nossas vidas.

Com a intensificação de outras crises e com o avanço de forças e narrativas conservadoras, a crise climática tem perdido centralidade na agenda política ao longo dos últimos anos. Cabe-nos juntar esforços para mudar o jogo e lutar por uma transição justa e rápida.

É necessário atuar junto de comunidades vulneráveis para o combate aos projetos extrativistas dos mega-projetos que, numa manobra de greenwashing, arrasam o ambiente e as comunidades.



5.5. • LUTA ANTI-IMPERIALISTA E PELA PAZ

O nosso tempo exige urgência e a recusa absoluta da barbárie. O Império “não se dispõe à partilha de decisões”, tal como alertaram José Manuel Pureza e Miguel Portas em 2003. A prova está à vista: o genocídio na Palestina, a invasão da Venezuela pelos EUA no início de 2026 e a atual escalada contra o Irão a partir da Base das Lajes mostram que o imperialismo atropela qualquer soberania quando lhe convém.

Os Jovens do Bloco de Esquerda têm o dever histórico de sair à rua e encravar esta engrenagem. Temos de organizar a resistência ativa nas nossas escolas, faculdades e locais de trabalho, mas não podemos fazê-lo isolados. Hoje, mais do que nunca, é vital que a nossa juventude integre, fortaleça e dinamize os movimentos pela Paz. A nossa força multiplica-se quando marchamos lado a lado com todas as vozes que recusam a guerra e o imperialismo.

Portugal não pode continuar a ajoelhar-se como cúmplice da máquina de Washington, a paz não é um pedido passivo que fazemos aos governantes, é a nossa maior trincheira de combate diário. A resposta à vertigem de um sistema capitalista que só sobrevive através da guerra tem de ser a força imparável da nossa mobilização conjunta.

6 • PROPOSTAS:

- Grande campanha de início de ano letivo - Bloco nas escolas e faculdades abrindo caminho para novas adesões;
- Campanha sobre habitação jovem - panfleto próprio, sessões plenárias e abaixo-assinado para alargamento de residência estudantis;
- Realização de grandes plenários nacionais de jovens online;
- Newsletter mensal da CNJ - Comunicação interna direta, textos, decisões, eventos e contactos;
- Realização de Brigadas Nacionais anualmente - Reuniões com os núcleos, bem como a dinamizar iniciativas pelo território;
- Calendário nacional de iniciativas - com capacidade para cada núcleo colocar as suas iniciativas, permitindo a entre-ajuda e mobilização regional e nacional;
- Avaliar a realização do Acampamento Liberdade e do Inconformação, procurando alternativas e moldes mais adequados se o contexto de militância o justificar;
- Reformulação e envio do Manual de Boas Vindas;
- Articulação CNJ-Grupos de Trabalho do Bloco, nomeadamente a Coordenadora Nacional de Trabalho, de forma a realizar atividades em conjunto;
- Elaboração de um Regulamento Interno da Coordenadora Nacional de Jovens;
- Realização de iniciativas de receção de novos aderentes;
- Criação de um repositório de documentos e materiais sobre organização das escolas e faculdades para facilitar candidaturas aos órgãos;
- Realização de reuniões com grupos de militantes de Universidades para a construção de núcleos;
- Organização da CNJ por regiões - contacto direto na integração e no acompanhamento diário da militância;
- Organização de Encontros Nacionais de Jovens temáticos (ativismo estudantil, luta laboral, ativismo climático)



LISTA A CANDIDATA À CNJ

LISTA A

1. **Vasco Ruela**, 15373, Lisboa
2. **Ana Alves**, 16374, Santarém
3. **Diogo Duarte Silva**, 17066, Coimbra
4. **Sofia Lopes**, 15457, Setúbal
5. **Paulo Aguiar**, 17810, Porto
6. **Joana Tiago**, 17375, Lisboa
7. **Diogo Mira**, 15586, Setúbal
8. **Leonor Costa**, 17809, Porto
9. **José Miguel Lopes**, 16511, Viseu
10. **Inês Antunes**, 17655, Lisboa
11. **Frederico Portugal**, 15059, Leiria
12. **Daniela Martins**, 16230, Açores
13. **Diogo Gomes**, 15917, Santarém
14. **Esmeralda Susana**, 17510, Aveiro

SUPLENTE

1. **Guilherme Bruno**, 17768, Lisboa
2. **Beatriz Pinto**, 17769, Setúbal
3. **Vítor Martins**, 17286, Lisboa
4. **Tatiana Monteiro**, 17562, Porto
5. **Kristian Bonchev**, 18386, Lisboa
6. **Madalena Guerreiro**, 17830, Setúbal
7. **Luís Aguiar**, 17931, Porto
8. **Alice Couto**, 17558, Lisboa
9. **Lourenço Reigado**, 18278, Setúbal
10. **Margarida Mota**, 15692, Porto
11. **Eduardo Couto**, 13387, Aveiro
12. **Mariana Guerreiro**, 17812, Setúbal
13. **Rodrigo Machado**, 14947, Lisboa
14. **Évila Tavares**, 17807, Aveiro

REPRESENTANTE NA COC

Paulo Aguiar, A17810, Porto



LISTA DE SUBSCRITORES

SUBSCRIÇÕES

1. Alice Couto, 17558, Lisboa
2. Aliyah Bhikha, 15475, Lisboa
3. Ana Alves, 16374, Santarém
4. Ana Azevedo, 17754, Porto
5. Ana Durães, 15525, Lisboa
6. António Soares, 14931, Porto
7. Beatriz Pinto, 17769, Lisboa
8. Beatriz Realinho, 16344, Guarda
9. Bruno Pinto, 18222, Lisboa
10. Carolina Avelãs, 16910, Lisboa
11. Catarina Sobral dos Santos, 15743, Lisboa
12. Daniela Martins, 16230, Açores
13. Diogo Duarte Silva, 17066, Coimbra
14. Diogo Gomes, 15917, Santarém
15. Diogo Mira, 15586, Setúbal
16. Duarte Igreja, 15455, Lisboa
17. Eduardo Couto, 13387, Aveiro
18. Esmeralda Susana, 17510, Aveiro
19. Évila Tavares, 17807, Aveiro
20. Francisca Lopes, 17706, Porto
21. Frederico Portugal, 15059, Leiria
22. Guilherme Bruno, 17768, Lisboa
23. Iara Lopes Rodrigues, 18137, Lisboa
24. Iara Sobral, 15150, Lisboa
25. Inês Antunes, 17655, Lisboa
26. Iris Sá, 17352, Aveiro
27. Joana Tiago, 17375, Lisboa
28. José Miguel Lopes, 16511, Viseu
29. Kristian Bonchev, 18386, Lisboa
30. Leonor Costa, 17809, Porto
31. Lourenço Reigado, 18278, Setúbal
32. Luís Aguiar, 17931, Porto
33. Madalena Guerreiro, 17830, Setúbal
34. Marco Aboim, 16740, Lisboa
35. Margarida Mota, 15692, Porto
36. Mariana Guerreiro, 17812, Setúbal
37. Marisa Brás, 18399, Leiria
38. Marília Ribeiro, 15530, Leiria
39. Matilde Neves, 18439, Lisboa
40. Matilde Porto, 15642, Setúbal
41. Miguel Conceição, 18263, Lisboa
42. Nuria Gamboa, 18398, Lisboa
43. Paulo Aguiar, 17810, Porto
44. Paulo Pinto, 15662, Europa
45. Pedro Henrique S. de Sousa, 12731, Lisboa
46. Raquel Lindner, 15034, Lisboa
47. Raquel Patriarca, 17779, Leiria
48. Rodrigo Machado, 14947, Lisboa
49. Sofia Lopes, 15457, Setúbal
50. Sónia Ferreira, 17563, Porto
51. Tatiana Monteiro, 17562, Porto
52. Vasco Ruela, 15373, Lisboa
53. Vitor Almeida Martins, 17286, Lisboa
54. Vitória Azevedo, 17752, Porto





MOÇÃO M MUDAR MESMO

UM PEQUENO ROTEIRO PARA COMEÇAR A MUDAR O MUNDO

Para que os Jovens do Bloco sejam uma força viva em todo o país, é urgente uma estratégia assente no apoio mútuo, na autonomia das estruturas locais e na dinamização de espaços de reflexão política, do digital aos bairros populares. Apresentamos aqui os eixos fundamentais para uma CNJ mais próxima, aberta e eficaz na mobilização da juventude.

PRINCIPAIS PROPOSTAS DA MOÇÃO M:

1. Garantir que eventos nacionais, tais como o “Inconformação”, são distribuídos em rotatividade por diferentes localidades do país;
2. Criar um regimento interno que garanta maior transparência na ação da CNJ;
3. Disponibilizar Guias de Ação informativos de auxílio à atuação política dos núcleos locais, potenciando a participação ativa em movimentos sociais pelo acesso à habitação, à educação, ao Ensino Superior e aos cuidados de saúde mental, e a presença em bairros sociais, associações culturais, clubes desportivos e bares;
4. Criar um canal de comunicação direta e constante entre a CNJ e os responsáveis jovens de cada distrito e região;
5. Criar uma plataforma de apoio aos jovens (estilo “despedimentos.pt”) para denúncia de violações de direitos no ambiente de trabalho ou estudantil;
6. Criação de um Fundo de Apoio à Atividade Local (via venda de merchandising) para apoiar iniciativas e materiais dos núcleos de jovens;
7. Promover o recenseamento de jovens sindicalizados e promover a formação política dos jovens sobre o movimento sindical, priorizando a luta contra a precariedade nos salários e vínculos laborais, incentivando a organização dos jovens;
8. Participação ativa em movimentos sociais, pela luta pelo acesso à habitação, à educação, ao Ensino Superior e aos cuidados de saúde mental entre os jovens;
9. Criar um podcast para aprofundar debates políticos e alcançar novos públicos jovens, como uma das formas de disputar o terreno cultural e as redes sociais para recuperar a “rebeldia” capturada pela extrema-direita;
10. Reativação do “Pão e Cravos”, jornal online dos jovens do Bloco, como espaço de propaganda ideológica e reflexão.

POR UMA NOVA ESQUERDA

O capitalismo está em convulsão. O período pós-crise de 2008 não resolveu o seu impasse produtivo - acentuou apenas as suas contradições. A financeirização estendeu-se a todas as áreas da nossa vida (como a habitação), a propriedade está cada vez mais concentrada, e o custo de vida não pára de subir. À medida que cada vez mais gente vê



o salário estagnado, o emprego precarizado, com mais dificuldade em chegar ao fim do mês, os mais ricos dos mais ricos acumulam fortunas obscenas. Estagnação económica e desigualdades extremas: assim se caracteriza a atual fase do capitalismo tardio.

O autoritarismo e a guerra tornam-se, assim, a opção lógica quando a burguesia já não consegue preservar a hegemonia pelo consenso, qual impulso fanático para manter os seus privilégios. A extrema-direita, em tudo alinhada com o status quo económico, é apoiada, com entusiasmo, pelas frações mais reacionárias do capital, desejosas de inviabilizar qualquer oposição, e reprimir e explorar ainda mais o trabalho para espremer mais lucro. Disto, o Pacote Laboral é uma manifestação grotesca.

A falência da indústria europeia e a vassalagem às gigantes tecnológicas levam à nova ronda de guerra e pilhagem pelo mundo: o saque às terras raras na Ucrânia, a transformação da Venezuela num protetorado, o ataque ao Irão. A irracionalidade e a agressividade deste sistema são crescentemente evidentes: basta ver os lucros das petrolíferas a aumentar com a emissão de gases com efeito de estufa, enquanto caminhamos para o colapso climático.

Neste cenário, os jovens confrontam-se com a violência em toda a linha, na sua forma mais exacerbada. Em Portugal, mais de metade dos jovens são precários; com casas impossíveis de pagar, saem tardíssimo da casa dos pais; enfrentam um Serviço Nacional de Saúde em degradação acelerada, sem resposta para a crise de saúde mental; veem uma Escola pública em falência e um Ensino Superior em processo de elitização. Entre transportes que, dia após dia, aparecem mais cheios e atrasados, uma profunda crise do custo de vida e a perspetiva de um planeta inabitável, cresce o desalento. Somos uma geração com um futuro hipotecado: afinal, como é possível ser são neste mundo?

Com a barbárie, ganham espaço as forças autoritárias e fascizantes, à boleia das redes sociais. Os algoritmos impingem conteúdos racistas, misóginos e conservadores, e consolidam a manosphere, particularmente influente nos jovens rapazes. A hipercomunicação, em que a nossa geração nativa digital cresceu e está imersa, convive com uma crise de solidão, falta de sociabilidade e atomização acentuada - obstáculos notáveis à politização à esquerda e à ação coletiva. Nas redes, não há contradição, nem diálogo construtivo - só câmaras de eco e enxovalhamento.

Com noção do contexto adverso, rejeitamos o derrotismo e a ideia de que nada podemos fazer senão esperar que passe. O velho mantra de que a juventude não quer saber de política está notoriamente desfasado da presente conjuntura. A participação eleitoral jovem tem subido. Os jovens estão na linha da frente nas lutas sociais, seja pela Palestina ou pelo Clima. Dedicamo-nos cada vez mais à vida cívica: em ativismo de natureza variada, ao assinar petições, em associações de base local e voluntariado.

Mas há uma crise de confiança da juventude nas formas e veículos de política tradicionais. Em Portugal, a juventude não vê, ainda, o Bloco, nem a restante esquerda institucional, como representante legítimo das suas aspirações de radicalidade e de subversão, nem lhe reconhece uma estética apelativa de rebeldia e de rutura. Só isto explica o engrossamento de fileiras de organizações esquerdistas doutrinárias em plena crise da esquerda. Para os restantes jovens, resta-lhes a única proposta política a quem reconhecem diferença: o Chega. Não é uma fatalidade que a juventude vire à direita. Como se viu em Maio de 68 e noutras ocasiões, a juventude é um dos grupos sociais mais disponíveis para recusar radicalmente as condições desiguais em que vivemos. Em França e no Reino Unido, por exemplo, a esquerda é maioritária na juventude.

Sejamos francos: o nosso trabalho de juventude tem sido insuficiente. A atividade está reduzida a reuniões formais periódicas, plenários locais esporádicos, publicações em redes sociais e mobilização em período eleitoral. Permanecem barreiras: insuficiente acolhimento, centralismo, assimetrias geográficas na capacidade de participação, falta de transparência e de proatividade. Temos investido pouco em estar, comunicar e cooperar com espaços que os jovens ocupam, à parte de partidos: associações, ONGs, clubes, movimentos sociais, coletivos e sindicatos.



Se os jovens não estão onde estamos, porque não vamos ter com eles? Se há uma crise de sociabilidade e os jovens querem, e precisam, de espaços coletivos, devemos criá-los. Proativa, descentralizada e localmente. Perante o desenraizamento crónico da esquerda, o Bloco pode ser o espaço agregador: escolas, bairros, ensino superior e locais de trabalho. O momento exige esforço para dinamizar espaços comunitários e ação coletiva, pelo país fora. Temos que conseguir romper a bolha.

Torna-se, assim, imperativa outra resposta. A perda da juventude para a velha direita não é uma fatalidade, mas um grito por uma nova esquerda. Os jovens do Bloco têm diante de si a tarefa da organização, do enraizamento e da reinvenção, para conquistar os jovens e concretizar o seu potencial revolucionário.

AFIRMAÇÃO IDEOLÓGICA

Mudar mesmo é mais do que denunciar. Uma alternativa à esquerda será viável se conseguir mobilizar o povo com uma agenda revolucionária capaz de superar o capitalismo em colapso. A afirmação do socialismo não pode ser abstração ideológica: tem de ser um meio concreto. Nesta conjuntura, o papel da luta de jovens não deve limitar-se a questões estudantis: deve afirmar o seu direito de participar em pleno na vida política.

TODAS AS LUTAS SÃO LUTAS DOS JOVENS!

O mundo do trabalho e as suas mudanças marcam profundamente as nossas vidas. O governo procura impor o pacote laboral, agravando a já banal precariedade, que se sente nos salários, baixa taxa de sindicalização, crescente medo de retaliação profissional e na onda migratória de jovens forçados para fora do país. Os jovens do Bloco têm de lutar ativamente contra estas políticas, organizando jovens dentro e fora do partido. Nesse sentido, a CNJ deve contribuir para um recenseamento de jovens sindicalizados, para a formação política sobre movimento sindical (em colaboração com a Coordenadora Nacional do Trabalho), e apelando à participação sindical e noutras estruturas laborais.

Mas não são só os vínculos precários que marcam a crise do custo de vida sentida. No país da OCDE onde é mais difícil comprar casa, os jovens são empurrados para fora de cidades turistificadas, e forçados a viver na casa dos pais. A juventude eterna que nos vendem não é sinónimo de emancipação: é consequência da precariedade e da incapacidade de nos autonomizarmos. Urge desmantelar esta deriva de financeirização do mercado e reafirmar a importância da intervenção pública para garantir acesso ao bem essencial que é a habitação. Por isso, queremos empenhar-nos nas iniciativas do movimento social para a habitação (como as manifestações “Casa para Viver”), levando questões específicas como a insuficiência de residências estudantis e a inacessibilidade do arrendamento para os jovens trabalhadores.

O sistema económico e a desigualdade social têm impacto também na saúde. Entre cortes e concorrência desigual com o privado, o SNS demonstra falhas na assistência às populações, com tempos de espera infindáveis nas urgências e falta de profissionais, produzindo maior dificuldade no acesso ao cuidado e um crescente isolamento social. Por esse motivo, os jovens do Bloco têm de ser incansáveis na luta por um SNS funcional e uma rede pública de cuidados que não deixe ninguém para trás. Isso implica discutir, por exemplo, o acesso a redes de psicólogos no ensino público e a representatividade de jovens nas comissões de utentes. Mas vamos mais longe: vemos a saúde num enquadramento de bem-estar, por isso queremos acessibilidade nas estruturas desportivas onde se encontra comunidade e a promoção de uma vida saudável e plena. Defendemos que o acesso à alimentação saudável deve ser democratizado, via políticas que garantam que comer bem não é privilégio, mas sim um direito universal, reforçando as cantinas públicas com refeições de qualidade, a preços baixos, e apoiando a produção local e sustentável.



A educação pública é idealizada como um pilar de igualdade social. Se assim deve ser, não podemos ignorar que, nas atuais condições de liberalização do setor, tem contribuído para acentuar desigualdades de classe. As escolas em Portugal são o espelho da realidade sócio-económica.

O ensino público está sobrelotado, degradado, com falta de pessoal docente e não docente. Com um modelo arcaico de avaliação e os exames nacionais a gerarem ansiedade entre os estudantes, o sistema educacional português não nos serve. Com o desprezo pela cidadania nas escolas, demonstra-se bem a viragem à direita da sociedade e, em particular, da comunidade escolar. No ensino profissional, para o qual muitos estudantes são encaminhados por pertença socioeconómica ou étnico-racial, reproduz-se a aceitação da exploração e da precariedade, sendo os estágios não pagos o culminar dessa relação desigual. No ensino superior, persistem problemas sistémicos, como a demora na atribuição de bolsas, a falta de alojamento, a precariedade na investigação ou a iminência do aumento das propinas.

Queremos recuperar o tempo para viver. Os estudantes precisam de voltar a ser sujeitos políticos importantes e incontornáveis. A educação não tem de ser uma forma de proletarizar os jovens e de lhes apresentar o mundo laboral presente como inescapável. Os jovens do bloco precisam ocupar os espaços também nas escolas, concorrer a associações de estudantes, criar núcleos e plataformas que articulem as lutas estudantis de cada escola com a luta em todo território nacional. **A perda da intervenção nos espaços universitários, baluartes clássicos da esquerda radical, é recente na história do Bloco, grave e deve ser revertida. Estes são espaços privilegiados de debate público, intervenção e recrutamento militante e incentivo ao espírito crítico.**

Em tudo, denunciámos o modelo económico capitalista de exploração ilimitada de recursos e procura incessante pelo lucro, confrontando os interesses que o sustentam. Temos de popularizar o modelo cooperativo nos projetos económicos e a gestão democrática, criando laços com os espaços existentes.

RESPONDER À ESCALADA BELICISTA E DEFENDER O INTERNACIONALISMO

Como força política anti-imperialista, o Bloco tem vindo a lutar pelo desmantelamento da NATO, um instrumento de submissão da soberania dos povos face ao imperialismo norte-americano. Por conseguinte, numa busca por sustentar o crescimento da indústria bélica, esta organização tem procurado difundir uma deriva armamentista pelos seus Estados-membros. Assim, incentiva-se que estes deixem para trás as suas comunidades, através do desvio de recursos do Estado social.

No entanto, não se constrói um futuro de paz fabricando mais armas. Neste sentido, é imperativo afirmar uma política internacionalista que compreenda a gravidade do momento insustentável no qual vivemos. Desde a crise climática até ao abandono de comunidades marginalizadas, os jovens do Bloco devem esforçar-se por se mobilizar em torno de uma agenda sustentável com vista à proteção dos povos do mundo, da produção energética à mobilidade. Por isso, reafirmamos o nosso compromisso na defesa do povo palestino, na solidariedade com os povos da Amazónia, como também de todas as demais lutas anticoloniais e pela autodeterminação dos povos. Compreendendo as dimensões estruturais do racismo e das desigualdades na vida de muitas comunidades, mobilizar-nos-emos, nos bairros sociais e entre comunidades marginalizadas, com vista à melhoria das suas vidas.

RECUPERAR A REBELDIA

Urge disputar o terreno cultural. A luta institucional dos trabalhadores não tem sido capaz de organizar a frustração face às crises do capitalismo. Pelo contrário, esta tem sido



transformada pela extrema-direita em ódio, revanchismo e agressividade. Perante isto, é fundamental recuperar a nossa emoção, a nossa radicalidade e a nossa capacidade de mobilização coletiva.

A nossa resposta deve ser, acima de tudo, política, o que implica construir uma alternativa enraizada na vida quotidiana das pessoas. Para tal, é fulcral desenvolver relações com o setor artístico e cultural e apresentar horizontes de transformação às pessoas que aqui vivem, estudam, trabalham e sonham.

Sair da nossa marginalidade política exige furar a bolha. Disputar o terreno cultural implica criar comunidade, diversa em força e pluralidade, capaz de afirmar valores de solidariedade, igualdade e democracia pela intervenção pública, a produção cultural e a ação coletiva.

ORGANIZAÇÃO DA CNJ: RECESEAR, AUTONOMIZAR, APOIAR E DESCENTRALIZAR

A CNJ deve ser um espaço de integração e mobilização dos jovens no partido. Para isso, é preciso mudar a cultura de monopolização e centralização deste órgão. Houve graves lacunas na organização interna anterior, limitando atividade, mobilização e enraizamento local. Mudar mesmo exige criar uma estratégia de organização, composta por quatro eixos:

Recensear

É vital mapear a atividade dos jovens, pois apenas sabendo quem são e onde estão os nossos jovens é que podemos nos coordenar e mobilizar, criando redes de auxílio e de engajamento. A CNJ deve articular com as coordenadoras distritais e regionais o levantamento dos núcleos de jovens no país e regiões autónomas. Urge atualizar a base de dados, gerida por dois elementos da CNJ, recolhendo dados como o número de jovens, idades, interesses, áreas de intervenção e locais de militância.

Autonomizar

A CNJ deve centrar-se em facilitar a organização juvenil, promovendo a autonomia regional e local. Como tal, propõe-se a disponibilização de materiais físicos e digitais (logística, design e petições) a todos os núcleos. O objetivo é garantir que os jovens intervenham de forma rápida, concreta e autónoma, eliminando a dependência constante do órgão nacional.

Para formar jovens e reduzir a dependência nacional, devem disponibilizar-se Guias de Ação. Estes manuais devem explicar como organizar manifestações, petições escolares, listas para associações de estudantes, greves estudantis ou o contacto com eleitores em campanha. O objetivo é claro: democratizar o conhecimento técnico da militância.

Para garantir a liberdade de ação e o autofinanciamento da CNJ, deve-se propor à Mesa Nacional o reforço da venda de materiais do Bloco (merchandising) com designs de jovens. As receitas devem reverter parcialmente para um Fundo de Apoio à Atividade Local, permitindo que os núcleos de jovens financiem as suas iniciativas e promovendo a identidade visual do partido.

Para assegurar a presença contínua do Bloco e da CNJ na vida dos jovens, propõe-se a criação de uma Plataforma de Apoio ao Estudante e Jovem Trabalhador. À semelhança do “despedimentos.pt”, este canal direto permitirá o apoio rápido sobre direito de reunião e manifestação, estatuto de dirigente associativo e denúncia de precariedade laboral (part-time ou full-time).

Descentralizar

Para superar a centralidade da capital, a CNJ deve garantir a rotatividade por diferentes localidades do país de eventos de jovens, tais como o “Inconformação”. Esta mudança visa descentralizar a mobilização, promover a participação ativa de camaradas de várias regiões



e dinamizar os núcleos anfitriões. O objetivo é aprofundar o debate político e o convívio entre jovens, militantes ou não, focando-se em temas cruciais para a esquerda e para a juventude.

Para sustentar a presença territorial, será criado um calendário online onde serão divulgadas todas as atividades locais, distritais e concelhias. Esta agenda comum permitirá que camaradas identifiquem e participem em eventos próximos, otimizando recursos logísticos, a mobilização e o sentimento de rede nacional.

A CNJ deve estabelecer contactos regulares com os núcleos para realizar iniciativas nacionais em diversas localidades. Esta proximidade permite planejar debates e ações fora dos grandes centros, valorizando o trabalho de base e garantindo uma presença territorial equilibrada. Assim, a estrutura nacional responde com eficácia à realidade de cada região, assegurando que o Bloco seja uma força viva em todo o território.

Para descentralizar e apoiar eficazmente, a CNJ criará um Canal de Comunicação Nacional, utilizando plataformas de difusão rápida, e redes sociais dedicadas. Este espaço servirá para a partilha imediata de materiais de agitação, registos de atividades, inquéritos e agendas locais. O objetivo é romper o isolamento dos núcleos e projetar o Bloco como um corpo coletivo, vivo e enraizado em cada região.

Para uma articulação sólida, será instituído um Conselho de Articulação Territorial. Este órgão funcionará por via de um canal de comunicação restrito entre a CNJ e os responsáveis jovens regionais e distritais. O objetivo é criar um fluxo de diálogo constante que permita ouvir as necessidades no terreno e capacitar os responsáveis locais. Assim, assegura-se voz direta no órgão nacional, tornando a gestão da juventude um processo participativo e democrático.

DEMOCRACIA, TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO

Os Jovens do Bloco devem afirmar-se como uma estrutura organizativa mais exigente consigo própria. Isto nasce da necessidade de reafirmar a nossa força e vitalidade política, mas também de garantir que os nossos processos internos estão à altura dos valores que defendemos. Para que isto aconteça, é preciso construir ferramentas que permitam ouvir todas as vozes, diversas em localização, origem, experiência partidária, situação profissional ou académica. Isto implica cuidar da forma como se toma decisões, da condução dos debates e da criação de mecanismos para assegurar representação democrática efetiva e uma cultura de responsabilização, com transparência e prestação de contas.

1 • DEMOCRACIA E TRANSPARÊNCIA

*A democracia não é apenas um espírito ou um princípio abstrato; é, sobretudo, um conjunto de regras, práticas e mecanismos que garantem a **participação efetiva** dos militantes.*

A CNJ deve ser um organismo que, regularmente, organiza plenários abertos à militância jovem. Estes servirão para escutar preocupações, organizar campanhas nacionais e articular e apoiar as organizações locais.

Sabemos, porém, que esta promessa tem sido recorrente em anos anteriores, com pouca concretização. Para fixar as responsabilidades da CNJ neste contexto sugerimos criar um regimento com linhas orientadoras, à semelhança de muitas concelhias e distritais, que defina bem os deveres da CNJ. Este deverá ser aprovado num prazo máximo de 6 meses, sublinhando o compromisso com uma cultura política mais participativa, transparente e exigente. Um aspeto a incluir será a obrigatoriedade de publicar e divulgar minutas das reuniões, como já foi prática comum, e é feito para os órgãos nacionais como a Comissão Política. Outro seria elaborar relatórios de atividade periodicamente.



Em paralelo, a CNJ, deve auscultar as bases, criando uma equipa com a missão de acompanhar de perto os núcleos locais e distritais. Esta atuária como um elo de ligação reforçado entre a estrutura nacional e as bases, combatendo o isolamento das estruturas locais, oferecendo apoio (por exemplo, formação presencial em logística de eventos e campanhas), recolhendo feedback e garantindo que as necessidades e propostas locais são devidamente consideradas e integradas na estratégia nacional. Esta medida será praticada via calendarização de visitas da CNJ aos distritos e núcleos locais, e pela elaboração de um documento trimestral, fundamentado no reporte e experiências recolhidas, com recomendações estratégicas para as estruturas locais, bem como para a Comissão Política e Mesa Nacional. Isto facilitará uma comunicação bidirecional e a adaptação contínua das estratégias.

A CNJ, como todo o partido, tem tido carências sistemáticas na capacidade de representação da classe trabalhadora na sua amplitude, seja na diversidade étnica (o partido é maioritariamente branco), na representação de classe (abertura a mais jovens trabalhadores), ou noutros tipos de acessibilidade. A moção M acredita que **devemos problematizar esta questão para encontrarmos mecanismos para a superar**, não só no momento da constituição da lista, mas também ao longo de todo o mandato. Para isso **propomos que se elabore um guia de boas práticas organizativas e sobre acessibilidade com a associação Vida Independente**. Ao mesmo tempo, **queremos repensar politicamente os espaços onde a organização desenvolve atividade**. Os Jovens do Bloco têm **concentrado grande parte da sua ação em ambientes universitários**, muitas vezes, numa visão restrita e elitizada do ensino superior, privilegiando determinados tipos de instituições. **A Moção M defende que devemos alargar os nossos espaços de intervenção**. Queremos organizar plenários e ações de contacto em associações culturais, centros desportivos, bares, bairros sociais e outros espaços de sociabilidade popular. Queremos uma organização presente onde as pessoas estão, que dialogue com diferentes realidades sociais e que se construa a partir dessa diversidade.

2 • COMUNICAÇÃO

A CNJ deve garantir que consegue chegar a um maior número de jovens, e por isso, é fundamental apostar cada vez mais nos meios de comunicação e nas plataformas digitais. Este é o ponto de entrada para a politização de muitos jovens e é fundamental que a esquerda consiga posicionar-se publicamente, a partir dos seus próprios termos. É da maior relevância a criação de um grupo no seio da CNJ que fique responsável pela gestão e coordenação das redes sociais e que essa coordenação seja um canal de acessibilidade para jovens de outras localidades, permitindo uma maior participação e articulação entre militantes espalhados pelo território.

Em simultâneo, existe a necessidade dos jovens do Bloco reencontrarem um espaço de propaganda ideológica. Por isso, a Moção M, considera crucial a **reativação do jornal online Pão e Cravos**, permitindo a criação de um espaço de partilha de informação, opinião e reflexões dos jovens do Bloco.

Também propomos o lançamento de um podcast dos Jovens do Bloco de Esquerda. Este formato permitiria aprofundar debates sobre temas relevantes para a juventude, convidando jovens militantes, dirigentes do partido, ativistas de movimentos sociais, especialistas e figuras públicas para conversas informais e esclarecedoras. O podcast seria uma ferramenta para alcançar novos públicos, fortalecer a formação política entre camaradas e fomentar o espírito crítico em geral.



LISTA M CANDIDATA À CNJ

LISTA M

- 1. Diogo Teixeira**
(Santa Cruz, Madeira) - 16839
- 2. Beatriz Pontes**
(Gondomar, Porto) - 16192
- 3. Santiago Carrilho**
(Sesimbra, Setúbal) - 17565
- 4. Lou Loução**
(Odivelas, Lisboa) - 13974
(Pessoa Não-Binária)
- 5. Raul Noetzold**
(Olhão, Faro) - 17997
- 6. Diana Lourenço**
(Porto, Porto) - 17553
- 7. Diogo Barros**
(V. N de Famalicão, Braga) - 15007
- 8. Carolina Alves**
(Vila Franca de Xira, Lisboa) - 14364
- 9. Pedro Amaral**
(Santa Maria, Açores) - 13254
- 10. Gustavo Mourinho**
(Coimbra, Coimbra) - 16962
(Pessoa Não-Binária)
- 11. Lana Pereira**
(Guarda, Guarda) - 16877
- 12. Martim Lourenço**
(Aveiro, Aveiro) - 18104
- 13. Gisela Mendes**
(Vila Franca de Xira, Lisboa) - 16981
- 14. Tomás Fernandes**
(Setúbal, Setúbal) - 15955

SUPLENTE

- 1. Andreia Galvão**
(Lisboa, Lisboa) - 14989
- 2. Matilde Vilhena**
(V.N de Gaia, Porto) - 17525
- 3. Diogo Machado**
(Lisboa, Lisboa) - 17289
- 4. Ricardo Isaías**
(Viseu, Viseu) - 17944
- 5. Caroline Pereira**
(Setúbal, Setúbal) - 18142
- 6. Felipe Rabaça**
(Lisboa, Lisboa) - 18367
- 7. Micaela Maia**
(Porto, Porto) - 17965
- 8. Afonso Sequeira**
(Lisboa, Lisboa) - 18094
- 9. Lara Fernandes**
(Guimarães, Braga) - 16370
- 10. Rodrigo Marques**
(Lisboa, Lisboa) - 17960
- 11. Lara Rodrigues Gomes de Sá**
(Faro, Faro) - 18197
- 12. Bruna Isabel da Silva Estevão**
(Faro, Faro) - 18196

REPRESENTANTE NA COC

Diogo Machado (Lisboa, Lisboa) - 17289



LISTA DE SUBSCRITORES

SUBSCRIÇÕES

1. Afonso Sequeira, Lisboa, 18094
2. Alexandra Alves, Braga, 18095
3. Ana Ribeiro, Porto, 17847
4. André Santos, Porto, 17970
5. Andreia Galvão, Lisboa, 14989
6. Beatriz Pontes, Porto, 16192
7. Bruna Isabel da Silva Estevão, Faro 18196
8. Bruna Oliveira, Setúbal, 18451
9. Cármen Cabral, Açores, 17937
10. Carolina Alves, Lisboa, 14364
11. Caroline Pereira, Setúbal, 18142
12. Cláudio Lemos, Porto, 16974
13. Daniel Barros, Madeira, 18389
14. Diana Lourenço, Porto, 17553
15. Dinis Ramos, Lisboa, 17391
16. Diogo Barros, Braga, 15007
17. Diogo Machado, Lisboa, 17289
18. Diogo Pinto, Porto, 17017
19. Diogo Russo, Porto, 18152
20. Diogo Teixeira, Madeira, 16839
21. Duarte Carneiro, Porto, 17355
22. Felipe Rabaça, Lisboa, 18367
23. Francisco Pinto, Madeira, 18014
24. Gonçalo Fonseca, Porto, 17396
25. Gustavo Mourinho, Coimbra, 16962
26. João Câmara, Madeira, 18388
27. Jorge Tabuada, Porto, 16880
28. Lana Pereira, Guarda, 16877
29. Lara Fernandes, Braga, 16370
30. Lara Sá, Faro, 18197
31. Lou Loução, Lisboa, 13974
32. Maria Mendes, Lisboa, 16981
33. Maria Veríssimo, Lisboa, 17967
34. Martim Lourenço, Aveiro, 18104
35. Matilde Vilhena, Porto, 17525
36. Micaela Maia, Porto, 17965
37. Patrícia Monteiro, Porto, 12749
38. Pedro Amaral, Açores, 13254
39. Raul Noetzold, Faro, 17997
40. Renata Costa, Braga, 18096
41. Ricardo Isaías, Viseu, 17944
42. Rodrigo Marques, Lisboa, 17960
43. Santiago Carrilho, Setúbal, 17565
44. Tomás Fernandes, Setúbal, 15955
45. Vígo Constantino, Leiria, 18350



TEXTOS DE CONTRIBUTOS

ENSINO SECUNDÁRIO

Afonso Sequeira, Bruna Oliveira, Martim Lourenço, Raul Noetzold, Santiago Carrilho, Tiago Teixeira

Num tempo em constante mudança, é preciso garantir, mais do que nunca, que a voz dos estudantes seja ouvida. Sendo a educação o principal meio para garantir a emancipação e a transformação da sociedade, esta é um pilar fundamental para a construção coletiva de um futuro digno. No entanto, este pilar fundamental está a ser posto em causa pela asfixia da autonomia dos estudantes e pela desvalorização da Escola Pública.

A escola deixa de cumprir o seu papel quando nos resume a números através de exames e métodos de avaliação antiquados. Esta falha pedagógica é agravada pela falta de investimento em edifícios degradados, pela desvalorização de profissionais o que faz com que cada vez menos pessoas queiram ingressar na profissão - segundo o EDULOG em 2025, mais de metade dos professores acima dos 50 anos. Os profissionais não docentes são também secundarizados e vê-se uma secundarização do ensino profissional e artístico. Entre um currículo desajustado e a pressão psicológica, o sistema promove o conformismo em vez do pensamento crítico.

Há uma forte assimetria regional no que toca ao abandono escolar. Por exemplo, nalguns concelhos no Alentejo a taxa de retenção chega a atingir os 38% a 48%, o que compromete a promessa igualitária da escola pública.

https://www.cimac.pt/wp-content/uploads/2021/10/20190426_CIMAC-relatorio-diagnostico-final.pdf

Para mudar este rumo, a escola tem de voltar a ser um espaço de democracia real e participativa. Por outro lado, nós temos que ter a capacidade de chegar aos jovens estudantes que estão fartos de não se sentirem integrados nas suas escolas.

Por uma escola democrática

A democracia não pode ser uma sugestão, muito menos um mero cumprimento de ritos pré estabelecidos. A democracia, principalmente nas escolas, deve ser construída dia após dia, através da auscultação e participação efetiva dos estudantes nas tomadas de decisão.

Bem sabemos que esta é uma realidade distante no ensino em Portugal. O principal meio para a participação estudantil no Ensino Secundário, as Associações de Estudantes, são constantemente desvalorizadas e silenciadas, tendo o seu principal objetivo distorcido, seja pelo autoritarismo das direções, seja pela lógica de mercado que invadiu as AE's.

As causas para o autoritarismo das direções são diversas: o medo de um movimento associativo que organize estudantes para reivindicar condições dignas; o paternalismo que sustenta a ideia de que os jovens são ignorantes e desinformados; a crença numa "democracia" ultra centralizada que vê a participação estudantil como um obstáculo burocrático, em vez de um motor para melhoria escolar.



As causas para a lógica de mercado que invadiu as Associações de Estudantes são igualmente profundas: a transformação das AE's em meras agências de viagens de finalistas, onde o estudante deixa de ser sujeito político/cidadão para passar a ser um consumidor; a dependência financeira de entidades externas, resultado da falta de políticas públicas no âmbito do associativismo; a substituição do debate e da reivindicação pelo entretenimento vazio.

Perante este cenário, é preciso apontar soluções: é urgente criar uma rede de apoio a estudantes e militantes que queiram disputar Associações de Estudantes, criando alternativas ao impulso natural de aderir à máfia das agências de viagens; fortalecer a participação de militantes nos Conselhos Gerais e Pedagógicos das suas escolas, exigindo que a nossa presença deixe de ser figurativa; acima de tudo, é preciso garantir que os militantes estudantes tenham capacidade de discutir política dentro das suas escolas, sendo essencial criar espaços de discussão e formação.

Formar cidadãos e ensinar para a democracia não se faz através de manuais ou palestras isoladas, mas sim através da vivência plena da liberdade e da participação ativa no quotidiano escolar. Defender a Escola que Abril nos permitiu ter é garantir que cada estudante se reconheça como parte ativa de um projeto coletivo, onde a sua voz tem peso e as suas opiniões não ficam esquecidas em mais uma reunião burocrática.

Contra o desmantelamento da educação pública

A educação em Portugal reflete o modelo do país em que vivemos. Num país onde os serviços públicos são tão degradados e esquecidos pelo Estado, a educação não é diferente. O desinvestimento na educação não é novidade, é só o sistema a funcionar para levar ao extremo o processo de elitização da educação.

Todos os dias enfrentamos o que o governo chama de normal. Escolas completamente deixadas ao abandono, com estruturas extremamente degradadas, com salas que, quando chove, inundam, sem aquecimento ou refrigeração e com mofo a subir pelos pavilhões. Esta é a realidade da educação precária em Portugal.

Esta desvalorização do ensino público como um todo, não afeta só os jovens estudantes, mas afeta todo o ecossistema escolar. Com a falta de investimento na educação, existirão menos profissionais docentes e não docentes, estes que já são generalizadamente desvalorizados por todo o seu trabalho. A falta de profissionais traduz a educação portuguesa, ou até a falta dela. A falta de professores também é um dos processos mais selvagens da elitização da educação, processo esse que alimenta a indústria das escolas privadas (direcionadas para a elite) e os centros de explicações (também virado para uma semi-elite)

Este processo de desinvestimento na educação faz parte das políticas da direita para elitizar o ensino e a sociedade, isto não só em Portugal mas em todo o mundo. O governo português procura a todo o custo diminuir o acesso à educação digna, porque enfraquecer a educação significa enfraquecer a maioria da população, população essa que o sistema capitalista procura rebaixar. Diminuir o povo a meros espectadores e tornar estes inferiores intelectualmente é contribuir para a manutenção do capitalismo, porque um povo com poucos estudos e com pouca informação é certo que não questiona o sistema em que vivemos.

Pensar num sistema de ensino diferente

O ensino em Portugal encontra-se preso a um passado retrógrado. O foco deste na preparação dos estudantes para os exames, o método de avaliação redutor das capacidades destes e os exames nacionais não são nada mais do que um reflexo da sociedade em que vivemos.



A escola não se encontra afastada do confronto político. Por esse motivo, acreditamos que desempenha um papel fulcral para a formação de jovens inconformados com um sistema que os silencia. A revisão das aprendizagens é, portanto, fundamental para confrontar um modelo de ensino que desvaloriza as lutas antirracista e anti-imperialista e que invisibiliza a ação de mulheres, pessoas racializadas e movimentos sociais.

Por outro lado, a escola expõe a sua cumplicidade com uma sociedade meritocrática e asfixiante. A saúde mental dos jovens é afrontada por exames, médias e rankings que os subjuga à supremacia do mérito e do individualismo exacerbado. No final de contas, o ensino dos jovens centra-se na preparação de duas horas que determinarão o seu futuro.

O ensino não se pode resumir a cultivar nos jovens a submissão a um sistema decadente. Como ferramenta de emancipação da sociedade, a escola deve valorizar os alunos e as suas aprendizagens e rejeitar um modelo de ensino ultrapassado. Lutar por uma escola justa e emancipadora deve passar pela reestruturação do método de avaliação e pela revisão de aprendizagens.

Ensino profissional

O ensino profissional é apresentado como uma alternativa mais prática e vantajosa ao ensino científico-humanístico, mas, na realidade, o ensino profissional é mais complexo do que isso. Os alunos lidam com horários extremamente exigentes, que resultam em menos tempo para viver. Este hábito de horários precários leva à desvalorização do ensino profissional. Para tentar justificar a exploração e a precariedade usa-se o argumento da preparação para o mundo do trabalho. Justamente num país onde o trabalho é tão precário e tão pouco valorizado, o ensino profissional leva os estudantes a habituarem-se com o desgaste de um rotina de trabalho exaustiva e exploradora.

Os estágios são um dos principais problemas que os estudantes enfrentam. Embora sejam apresentados como uma grande oportunidade, resultam apenas em trabalho precário sem remuneração. Isto é, trabalhar sem receber qualquer tipo de compensação. Esta exploração precoce é o ápice do sistema capitalista em decadência - a precariedade laboral é o renome deste sistema.

Além disso, o ensino profissional e os seus estudantes são frequentemente subestimados. Há um rótulo social que diz que quem frequenta este tipo de ensino é menos capaz do que os estudantes do ensino regular - ideia que não reflete a realidade. Isso ignora as habilidades e competências que os alunos do ensino profissional desenvolvem. Outro problema é que os estudantes não têm voz nas decisões da escola, o que limita o seu poder e influência dentro da instituição. Nas escolas profissionais a democracia é inexistente, visto que as direções barram a criação de associações de estudantes e núcleos estudantis. Este trabalho de desorganização da classe estudantil-trabalhadora é o plano perfeito para garantir que os estudantes habituem-se à precariedade e à falta de organização para lutar. Levando à não adesão em sindicatos e outras organizações.

É necessário questionar este modelo de ensino e realizar de facto mudanças estruturais. Os estudantes das escolas profissionais têm direito a estágios justos, com remuneração e condições de trabalho decentes. Têm direito também a um equilíbrio entre o estudo e o tempo para viver. Os estudantes-trabalhadores do ensino profissional devem ser tratados como pessoas e não como meras máquinas de trabalho. Além disso, os cursos profissionais necessitam de mais investimento e atenção por parte daqueles que regulam o ensino em Portugal. E, finalmente, os alunos devem ter mais oportunidades de ter uma voz ativa e eficaz na sua própria educação.



Ensino Artístico

O ensino artístico em Portugal sofre com uma grande desvalorização no nosso sistema educativo. Temos uma falta de investimento e um baixo reconhecimento social que levam a um maior desinteresse da nossa sociedade pelas artes. Deve ser de nosso interesse manter a arte viva nas gerações futuras dado que as formas de expressão artística como, ópera, teatro, pintura, escultura etc. cada vez são de menos interesse para a nossa sociedade.

Testemunhamos de forma inequívoca falta de recursos e financiamento. Existe uma vasta lista de materiais que têm de ser comprados pelos alunos, o que demonstra uma grande desigualdade no nosso sistema de ensino, visto que nem todas as famílias têm condições para comprar estes materiais que para além de serem dispendiosos para estas são essenciais para uma boa nota nas disciplinas.

Outro problema inquietante é a falta de saídas profissionais claras desta área. Muitos deixam de escolher artes por falta de orientação profissional e a pouca ligação que esta tem ao mercado de trabalho. Isto tudo cria um grande preconceito com as pessoas que a escolhem sendo a maioria chamados de “sem futuro”.

Por fim, um dos problemas mais alarmantes nas artes é a falta de expressão individual. No nosso sistema de ensino artístico, a criatividade é cortada através de trabalhos que limitam os estudantes a seguir uma lista de passos, para assim, obter um resultado final que o professor quer, o que não dá espaço para estes de se expressarem à sua maneira. Aqui evidencia-se o desejo inquietante do capitalismo de nos retirar a cultura como eixo popular de expressão da sociedade e do indivíduo. Esta limitação artística cria pessoas sem senso crítico, que são mais fáceis de sustentar o sistema capitalista.

JOVENS NAS AUTARQUIAS

Diogo Gomes

A democracia local não pode continuar refém dos mesmos perfis, das mesmas respostas e das mesmas prioridades. Num país onde a juventude enfrenta baixos salários, precariedade estrutural, uma crise ambiental cada vez mais evidente e um acesso à habitação praticamente bloqueado, é insustentável que continue afastada dos centros de decisão.

As autarquias são um espaço central de poder político. É aí que se decide muito do que molda o quotidiano das populações: a mobilidade que utilizamos, os apoios sociais disponíveis, o acesso à cultura, o ordenamento do território ou as respostas locais à emergência climática.

Ainda assim, estes órgãos continuam profundamente afastados da realidade geracional que deveriam representar. Este afastamento não é casual, traduz-se em políticas públicas menos sensíveis às dificuldades concretas da juventude, em respostas tardias ou inexistentes para problemas urgentes e numa incapacidade de antecipar desafios.

Nos últimos anos, têm surgido sinais de mudança, com maior envolvimento e presença jovem na política local. Esse caminho é relevante, mas não pode ser romantizado. Continua a ser insuficiente face à dimensão dos problemas e à urgência das respostas necessárias.

A participação jovem continua muitas vezes limitada a espaços consultivos, sem verdadeiro poder de decisão. Reforçar a presença da juventude no poder local não é uma questão geracional isolada, nem um confronto entre gerações. Faz-se com mais democracia, mais

equilíbrio e mais diversidade. A experiência acumulada de quem há anos intervém na política é indispensável, mas deve ser complementada com novas perspectivas e formas de participação. O desafio é garantir renovação sem perder a memória, e sem ignorar o passado.

É, por isso, necessário ir mais longe. Garantir que a juventude não é apenas ouvida, mas que decide. Ao mesmo tempo, é fundamental fortalecer a participação cívica no dia a dia. Assistir às assembleias municipais e de freguesia, intervir como público, questionar os executivos, acompanhar decisões, exigir transparência e políticas públicas mais ambiciosas.

Trazer mais juventude para o poder local não é uma questão simbólica ou decorativa. É uma necessidade política urgente. Sem essa presença, será impossível dar respostas eficazes aos problemas sociais, económicos e ambientais que marcam o presente. E será ainda mais difícil garantir que a democracia continue a servir quem mais precisa dela em vez de se afastar, silenciosamente, das novas gerações.

TRABALHO, CAPITAL E JUVENTUDE

Diogo Mira

Durante anos venderam-nos a ilusão de que somos a geração mais bem preparada de sempre. Contudo, a dura realidade que enfrentamos mostra-nos que somos, na verdade, a geração mais precária de sempre. A ideia que venderam a esta geração de jovens foi rasgada: acumular qualificações e graus académicos e trabalhar arduamente já não é uma garantia de independência e de uma vida digna e estável. A dura vida que a juventude portuguesa enfrenta não constitui uma crise passageira, mas sim um sintoma das estruturas de um modelo económico que lucra com a nossa instabilidade e se recusa a pagar o justo valor do nosso trabalho

O conflito histórico entre trabalho e capital está longe de desaparecer. Aquilo que o capitalismo melhor sabe fazer é reinventar-se, vestir uma nova roupa. A economia do empreendedorismo e dos self-made people são, demasiadas vezes, os novos nomes que o capital dá à velha exploração sem direitos.

Aquilo que vemos nas ruas, todos os dias, é a uberização das relações laborais, em que o capital exige a flexibilidade total, mas sem nunca oferecer segurança. A tendência é transformar o nosso direito ao trabalho num eterno período à experiência, feito de recibos verdes, estágios não remunerados ou mal pagos, e contratos a termo que se arrastam durante anos a fio. O Pacote Laboral apresentado pelo governo dos patrões está a ameaçar todas as gerações, mas especialmente quem começa agora a sua vida profissional. A meritocracia tornou-se o conveniente mito que o sistema utiliza para nos culpar individualmente pelas falhas de um mercado de trabalho e sistema que foram desenhados, desde a sua base, para a precariedade permanente.

Não há emancipação possível quando o salário de um mês inteiro de trabalho não chega para pagar o teto onde dormimos. A crise da habitação é, fundamentalmente, uma crise de baixos salários e de especulação descontrolada, que engole os nossos rendimentos e adia a nossa independência.

Como consequência direta, a emigração jovem em Portugal não é uma escolha de aventureiros em busca de novas experiências. Ela representa o exílio económico de uma geração empurrada para fora pelo seu próprio país. Para os que ficam, a fatura paga-se com a saúde mental, que se tornou o dano colateral de um sistema que nos obriga a viver numa permanente ansiedade sobre o dia de amanhã.

Perante este cenário de amargura e desalento, a nossa resposta não pode ser branda. Os Jovens do Bloco de Esquerda devem ser a vanguarda na resposta contra as ofensivas do capital contra os jovens deste país. Está na hora de reagir. Temos de focar a nossa ação política e o nosso apoio militante nos setores mais precários da sociedade: os call centers, o trabalho em plataformas digitais, a restauração, o retalho e o trabalho sazonal. É nestas trincheiras que os jovens estão e é aí que os Jovens do Bloco têm de estar. Exigimos o fim imediato da ditadura dos recibos verdes e do trabalho temporário que nos rouba o direito a planear o futuro. Queremos salários que acompanhem o custo de vida e que nos garantam o direito à habitação.

Não aceitamos ser a geração do “desenrasca-te”. Exigimos o direito ao futuro, e sabemos que esse futuro só se constrói derrotando a precariedade no presente. O papel dos Jovens do Bloco de Esquerda não se esgota na descrição das falhas e das crueldades do capitalismo. O nosso papel é organizar a força necessária para o combater. Isso faz-se nas ruas, na defesa intransigente de plenos direitos laborais, no incentivo à sindicalização jovem, na luta por tetos aos lucros abusivos e na garantia de que o Estado protege quem trabalha, e não quem vive da renda.

O capital organiza-se para nos precarizar. Nós temos de nos organizar para recuperar as nossas vidas. O futuro não se pede, conquista-se.

DAR PODER AO PODER LOCAL

Carolina Alves, Diogo Barros, Lana Pereira, Pedro Amaral

O poder local é frequentemente reduzido a uma proforma institucional, onde a burocracia disfuncional asfixia a agilidade administrativa e transforma a gestão pública num labirinto de papéis. Nessas esferas, a governação é por vezes entendida apenas como um campo de retórica, onde a “politiquite” e as vaidades pessoais se sobrepõem ao interesse comum, limitando a ação política a capacidades executivas mínimas e pouco transformadoras. Contudo, é precisamente na importância da proximidade que reside a sua única redenção: apesar das suas falhas estruturais, o poder local permanece como o último elo de contacto direto com o cidadão, onde a escala humana ainda permite reconhecer o rosto de quem governa e de quem é governado. Esta é a escala do quotidiano.

O Bloco tem feito muito trabalho local, sendo muitas vezes invisível. As autárquicas de 2025, com uma quebra eleitoral que reduziu significativamente o número de eleitos locais, vieram piorar a situação. Não obstante, é importante que os jovens saibam que a relevância da intervenção política autárquica não se esgota nas câmaras ou assembleias. Os Conselhos Municipais de Juventude são um espaço de discussão presentes em qualquer município. Graças ao enquadramento legal que garante um lugar a cada organização de juventude partidária com representação na Assembleia da República, um representante do Bloco pode — e deve — estar sempre presente. Esta prerrogativa legal permite transformar o conselho num palco de intervenção direta, garantindo que, independentemente da aritmética eleitoral do concelho, as causas bloquistas continuem a confrontar o poder local com propostas e escrutínio constante num campo institucional.

Como se deve orientar a participação no poder local

A eficácia da intervenção política autárquica pós-2025 reside na capacidade de transformar a presença nos órgãos autárquicos e consultivos locais em discussões sobre os problemas quotidianos, conseguindo espaço mediático.

Isso só será possível com um apoio local forte a eleitos e representantes. A dinamização de



convívios e momentos de contacto informal é vital para romper o isolamento institucional e oxigenar o coletivo.

Podrá ser importante ser facilmente acessível um mapa de eleitos locais bloquistas e contactos públicos rigorosamente atualizados, permitindo dar visibilidade à política autárquica e à presença do Bloco.

O objetivo de influenciar a agenda local pode ser realizado através da utilização dos períodos antes da ordem do dia e das declarações de voto, não obstante, é imperativo que haja mais gente a participar, por exemplo, na comunicação social local. Só assim garantimos que as propostas do Bloco pautam o debate público mesmo onde a aritmética parlamentar é adversa.

Como pode ajudar a CNJ

Para que a intervenção política seja coesa e eficaz, é fundamental estabelecer um canal de partilha e um fluxo de informação contínuos, que impeçam o isolamento de cada eleito ou representante. A reflexão em conjunto e partilha de experiências garante preparação e evita que a roda esteja sempre a ser inventada.

Este mecanismo funciona como o elo de ligação vital entre as dinâmicas locais e as campanhas nacionais, permitindo que temas transversais (como a crise da habitação, a emergência climática, a defesa dos serviços públicos,...) ecoem em uníssono em todas as instituições. Ao alinhar a narrativa e a ação, garante-se que uma luta num município ganhe escala e visibilidade, transformando cada intervenção pontual num fragmento de uma estratégia política maior e mais robusta.

JOVENS DO BLOCO: ONTEM, HOJE E AMANHÃ

Eduardo Couto

Vivemos tempos de uma estranha vertigem. Olhamos para 2026 e vemos um país fraturado, onde o direito a ter uma casa se tornou um luxo de poucos e onde os poderosos já nem tentam esconder que a precariedade deixou de ser uma “fase da vida” para ser o destino de uma geração. Para nós, jovens do Bloco de Esquerda, a política nunca foi um exercício de retórica distante ou uma gestão de carreiras como é prática comum em tantas jotas.

As eleições internas para a Coordenadora Nacional de Jovens (CNJ) nunca foram tão pertinentes. É o momento de decidirmos que tipo de esquerda queremos ser: uma que se fecha em si mesma, mais preocupada com a beira da estrada e estrada da beira do que com a organização do partido e a sua expansão, ou uma esquerda que tem a humildade de se reorganizar para virar o bico ao prego.

Acredito profundamente que todos os jovens que hoje se chegam à frente com projetos tão robustos são os que estão realmente determinados para mudar o estado das coisas. Refiro-me a uma militância que não tem medo de dizer que é preciso reconstruir o partido de baixo para cima. O caminho para o futuro é feito com diálogo e lealdade, que corre no ADN do nosso espaço político. A autonomia dos jovens deve ser vista como um espaço de inovação e militância, nunca como um distanciamento da direção. Os jovens são, e deverão sempre ser, os verdadeiros protagonistas desta mudança, assegurando que o seu papel no partido é central sem que se confundam com projetos alheios ao superior interesse do coletivo.

O que o Bloco precisa agora - e o que vejo nos olhos de muitas camaradas que defendem uma renovação com pés assentes no chão - é de um aliar estratégico entre a experiência



e o futuro. Temos a sorte de contar com um histórico dirigente expansivo, que soube abrir caminhos quando tudo parecia mato, e esse legado deve ser honrado através de uma renovação de quadros que não esqueça a diversidade territorial. O Bloco não pode ser um partido de Lisboa e do Porto, tem de ser o partido de quem resiste no interior, de quem estuda no ensino profissional e de quem sente na pele o abandono do Estado fora dos grandes centros.

A proposta de uma CNJ que se regionaliza, que cria setores, que ouve as bases e que não deixa um novo aderente à deriva é a única resposta possível ao avanço das direitas. Esta é a nossa melhor resposta aos desafios atuais. Mais do que discussões vazias de linha política, o que nos move são as dificuldades reais de quem luta para pagar o quarto ao fim do mês. Queremos ocupar as redes, as faculdades e os locais de trabalho com um propósito comum: crescer juntos, garantindo que o nosso foco é o fortalecimento do movimento e o apoio mútuo, sem deixar ninguém para trás.

É tempo de uma militância que saiba, ainda mais, ser braço armado das lutas feministas, queer, antirracistas e climáticas, mas com a consciência de que estas lutas são indissociáveis do combate ao capital. O objetivo destas eleições é que a pluralidade interna reforce a nossa coesão, permitindo-nos apresentar um Bloco mais sólido e preparado para enfrentar os desafios políticos que se avizinham: derrotar as direitas, uma por uma.

Confio em toda a gente que se candidata para fazer a luta toda. Porque a luta toda faz-se com a humildade de quem sabe que ninguém ganha sozinho. Faz-se com a coragem de quem quer ganhar as escolas, as universidades, o trabalho e a vida boa que nos devem. Há tanta gente que hoje se apresenta com este fôlego de unidade e trabalho paciente de base. Para mim, não poderia haver melhor sinal de que o Bloco está vivo e pronto para a contraofensiva.

Não estamos aqui para apenas resistir ao embate. Estamos aqui para organizar a vitória, demore o tempo que for preciso. E isso faz-se com o trabalho invisível, com a presença no terreno e com a clareza de quem sabe exatamente de que lado da barricada está e que ninguém solta a mão de ninguém.

AS CIDADES SÃO NOSSAS

Ana Alves, Diogo Gomes, Diogo Mira, Esmeralda Susana, Guilherme Bruno, Joana Tiago, Madalena Guerreiro, Paulo Aguiar, Rodrigo Machado, Vasco Ruela

A Área Metropolitana de Lisboa é hoje o palco onde se encenam as contradições mais profundas do capitalismo em Portugal. Para as e os jovens que trabalham, estudam e tentam construir a sua vida, a realidade metropolitana não é a que as elites vivem. É a realidade do tempo roubado em transportes sobrelotados, das rendas que comem a maior parte do salário e de políticas que empurram as pessoas para as margens. Hoje, é necessário desenhar uma visão metropolitana que rompa com o centralismo lisboeta e que tome a cidade como um direito não como uma mercadoria ou ativo financeiro.

A nova visão metropolitana começa com a democratização das nossas cidades. Não podemos aceitar que a organização de um território que alberga cerca de 3 milhões de pessoas seja exclusivamente feita em gabinetes à porta fechada. Os jovens da Área Metropolitana de Lisboa devem poder contribuir para a construção de um território que lhes pertence, decidir como se ligam as margens do rio Tejo ou onde se constroem ciclovias ou parques.

Quando se anunciam milhões em investimentos na Área Metropolitana, a pergunta impõe-

se: para quem? A realidade mostra-nos o capital a criar hotéis, fundos imobiliários e residências privadas de luxo, enquanto o investimento público nas nossas infraestruturas continua cronicamente submetido aos interesses do mercado. Os dinheiros públicos não podem continuar a subsidiar os negócios do costume. Têm de ser canalizados de forma massiva para responder às urgências de quem vive e trabalha neste território.

A criação de um passe único intermodal foi uma grande conquista do Bloco de Esquerda, mas a acessibilidade e a verdadeira mobilidade ainda estão por cumprir. De que nos adianta um passe gratuito, se os transportes à noite e durante a madrugada são inexistentes ou se o autocarro não passa? Uma visão metropolitana digna exige uma expansão profunda da ferrovia, do Metro de Lisboa e do Metro Sul do Tejo ao Seixal e ao Barreiro. Mais carreiras de autocarro, mais viagens da Transtejo-Softlusa. Um futuro verdadeiramente metropolitano far-se-á, somente, com verdadeiras ligações entre os 18 municípios.

No campo da habitação, os jovens vivem um processo de expulsão das suas cidades ou são empurrados para formas precárias de habitação. Se ontem as pessoas eram empurradas de Lisboa para a periferia, hoje esses mesmos concelhos - de Almada a Loures, do Seixal a Sintra - tornam-se proibitivos. Defender a área metropolitana é exigir tetos às rendas que travem a especulação imobiliária e reivindicar que os imóveis devolutos passem a integrar o parque habitacional público. Rejeitamos o conceito de “cidades-dormitórios”, pois queremos bairros com vida, com cultura e com serviços públicos de qualidade. Queremos as cidades dos 15 minutos, onde os principais serviços estejam a uma caminhada de distância.

A cultura na Área Metropolitana de Lisboa está a ser sufocada pela gentrificação e pela mercantilização. Assistimos ao encerramento de espaços culturais independentes e de associações de bairro, enquanto o investimento se concentra em megaeventos e na cultura como mero postal de visita para turistas. Para a juventude, criar e fruir cultura continua a ser um privilégio de classe. Exigimos uma área metropolitana que respire cultura em todos os concelhos, com financiamento digno para quem cria, espaços públicos gratuitos e a devolução da arte às ruas. A cultura é a nossa identidade e uma arma essencial de pensamento crítico, não um produto de luxo exclusivo dos centros urbanos gentrificados.

A urgência climática é, também ela, uma batalha territorial e de classe. O capitalismo tenta pintar-se de verde, mas a verdadeira transição ecológica não se faz com greenwashing nem atirando a fatura da crise para cima de quem trabalha. Na Área Metropolitana de Lisboa, o combate pelo clima é, na sua essência, o combate por transportes públicos que tirem milhares de carros das pontes, das vias de acesso e sobretudo do centro das nossas cidades. É a luta por habitação com eficiência energética que não nos deixe congelar no inverno nem sufocar nas ondas de calor. Não há justiça climática sem justiça social. Proteger o nosso futuro exige enfrentar os grandes poluidores e construir uma cidade onde a sustentabilidade sirva a vida da maioria, e não o lucro de uma minoria.

Eles desenharam **uma capital para o capital**, mas nós exigimos cidades para as pessoas. Eles querem-nos exaustos, isolados e a pagar rendas impossíveis. Nós respondemos com organização e combate. A Área Metropolitana de Lisboa não pode ser uma máquina de moer juventude para alimentar contas bancárias alheias. Queremos as nossas vidas de volta. Queremos o nosso tempo. E sabemos que essa mudança não cairá do céu: far-se-á com a audácia de quem sabe que a cidade é nossa por direito, e nós vamos tomá-la de assalto.

ESTUDANTES INTERVENTIVOS PARA UM ENSINO SUPERIOR DE QUALIDADE

Carolina Alves, Felipe Rabaça, Lana Pereira, Pedro Amaral Tomás Fernandes

O Ensino Superior é doutor em ficar a ver navios. Muito é prometido e muito pouco é realmente executado. A Constituição sagra o Ensino Superior como algo tendencialmente gratuito, porém, há 6 anos que as propinas não descem (nesta época desceram por proposta do Bloco de Esquerda) e, para este próximo ano, tendem a aumentar. As propinas são o primeiro entrave à entrada no Ensino Superior. Para somar às propinas, as próprias faculdades sobrecarregam os estudantes com taxas e taxinhas para processos simples, tornando o seu acesso ainda mais difícil. Mas o maior dos entraves é mesmo o alojamento. A especulação imobiliária aliada ao incumprimento do PNAES – Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior – são a fórmula perfeita para a catástrofe vista no início do ano letivo, o número mais baixo de estudantes a ingressar no ensino superior desde 2016.

Para suportar todos estes custos, muitos jovens estudantes arranjam empregos, tornando-se trabalhadores-estudantes. Estes possuem um estatuto próprio, munido de direitos e deveres, porém, estes direitos nem sempre são concedidos. A dispensa do trabalho para assistir a aulas é para muitos um mito, as faltas nos dias de exame e no dia anterior a estes são miragens e os 10 dias de licença sem vencimento são piada. Para estes sobram duas opções: trabalhar sem o cumprimento integral do estatuto e pagar as contas ou cumprir integralmente o estatuto e ser demitido. Para os trabalhadores a recibos-verdes, para além da precariedade a que são submetidos, têm também entraves no acesso ao estatuto, precisando apresentar 3 faturas emitidas no último mês. Para além disso, os prazos praticados para obtenção do estatuto são curtos e circunscritos aos inícios de semestres, prejudicando quem começa a trabalhar noutros momentos.

Quando o problema não é entrar, é manter-se. As condições das próprias instituições de ensino superior são alarmantes. Edifícios mal conservados, que apresentam diversos problemas estruturais não são novidade para o estudante português. Infelizmente nós acostumamo-nos às faculdades, cantinas e instalações desportivas deterioradas, munidas de equipamentos danificados e obsoletos, com infiltrações e goteiras, o que prejudica as atividades tanto curriculares quanto extracurriculares.

O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior não garante que as faculdades e escolas vejam a sua democracia aprofundada, permitindo o real envolvimento da comunidade estudantil.

O Ensino Superior é hoje praticamente incapaz de garantir uma ponte com a investigação em muitas áreas sem ser somente ao nível do doutoramento. O subfinanciamento no Ensino Superior reflete-se no reduzido número de bolsas de introdução à investigação para estudantes de licenciaturas e mestrados.

Luís Montenegro e o seu governo, com o respaldo da direita parlamentar, tentam desmantelar o Ensino Superior Público, não escondendo a ideia de que este deve ser apenas para uma pequena elite.

Com este ministro e este governo nada de bom se antecipa. Desde a fusão de ministérios à apresentação de uma mega reforma à academia sem consulta da comunidade académica, passando por um financiamento que não chega, são regulares as preocupações.

Num ataque ainda mais grave às lutas dos estudantes, a propina, que era para acabar, agora aumenta. O governo propõe o descongelamento das propinas que, por mais que seja de um valor baixo neste primeiro momento, abre as portas para um encarecimento do ensino superior e criar ainda mais barreiras que impeçam que as Universidades possam ser acedidas por todos aqueles que desejarem, independente das suas condições económicas.

Com este governo amigo de especuladores, as casas subiram 17,6% em relação ao ano

anterior, mas este aumento não se fica pelas casas. A busca de quartos para alojamento estudantil é o pesadelo de qualquer universitário. Quartos pequenos, partilhados, sem condições, longe das faculdades a preços impraticáveis são o novo normal e as residências deixam de ser opção quando estas próprias estão decrépitas. O governo da publicidade garante que faz residências, mas ou as inaugura para fins eleitorais sem as inaugurar para quem realmente precisa ou vende os espaços das mesmas para se isentar da responsabilidade de as construir.

A participação estudantil

É de extrema importância promover a construção de listas às Associações de Estudantes, de modo a enrobustecer o movimento estudantil. Não se deve, contudo, ofuscar a participação ativa nos órgãos das faculdades, escolas, universidades e politécnicos. Desde as estruturas mais próximas, ao órgão colegial, são muitos os espaços de intervenção que carecem de ser usados.

A disputa nesses espaços envolve instrumentalizar os períodos antes da ordem do dia e as declarações de voto para forçar à discussão e publicidade de assuntos. A burocracia deve ser aproveitada através da fiscalização dos regulamentos e proposta de alterações, a partir de uma reflexão estudantil democrática.

O papel da CNJ

Ninguém está na faculdade sozinho. A CNJ deve recensar onde os aderentes do partido estudam e, dentre aqueles das mesmas instituições, mediar encontros e contactos. Isso abrirá portas para que os membros do Bloco se conheçam e possam, juntos, partilhar ideias, participar de programas académicos e gerar movimentos estudantis, aumentando a força e presença do partido no ensino superior.

Ademais de unir os membros que estudam nas mesmas faculdades, para que possam lutar juntos dentro de suas instituições, existem outras lutas que são comuns a todos os alunos, transversais às várias universidades do país. A CNJ pode e deve fazer este trabalho de ligação, propondo e unindo tópicos nacionais que possam motivar e reunir os estudantes de norte a sul do continente e ilhas. Além disso, esta ligação pode também promover a conexão dos membros que estudem em diferentes instituições da mesma região, promovendo um maior senso de conexão e camaradagem dentro do partido.

Por fim, como consequência destes dois movimentos, é natural que a CNJ também apoie a criação de grupos institucionalizados do Bloco nas diversas instituições de ensino superior pelo país. Aqueles grupos formados dentro das faculdades que acabem por precisar de apoio de camaradas com mais experiência na luta estudantil devem ter na CNJ este apoio e guia do qual precisam.

QUANDO ALGUÉM VAI PARA FORA DEIXA DE CONTAR?

Andreia Galvão, Beatriz Pontes, Diogo Barros, Lana Pereira, Lara Fernandes

Em 2024, segundo o Observatório da Emigração, mais de 850 mil jovens que têm entre 15 e 39 anos deixaram o país e residiam no exterior.^[1] Além disso, quase um terço das mulheres em idade fértil está fora do país. Nesse mesmo ano, segundo o Jornal Económico, o fluxo de emigração jovem no ano passado foi o mais alto em quase uma década.^[2] Em 2025, 73% dos estudantes do Ensino Superior que ponderam emigrar quando concluírem os estudos e 25% os que já têm a decisão tomada, segundo o JornalPortoNet.^[3]

A estruturalidade da emigração, em particular da emigração jovem, deve ser olhada com



a devida importância que este fenómeno merece. É verdade que partir pode ser um ato de descoberta do mundo, partilha de experiências e aprendizagens. A promessa da livre circulação europeia criou a ilusão de que esta deslocação seria meramente fruto da escolha individual, quase livre dos constrangimentos económicos. Apesar disso, o fenómeno que vemos hoje implica um carácter de quase compulsoriedade- jovens que são “forçados” a emigrar para procurar melhores condições de vida e a sua emancipação económica e consequentemente social também.

Para a geração da Troika (pessoas que hoje estão nos seus vinte e trintas) a emigração era vista como uma inevitabilidade, especialmente em para percursos nas áreas das humanidades ou artes. Outras pessoas emigraram para poderem aceder ao ensino superior que, ou é mais barato noutros países, ou é acompanhado por outras condições como trabalho para estudantes que reduzem os custos nessa fase. Muitas dessas pessoas acabaram por não voltar por não verem oportunidades, em oposição aos seus pares de outros países europeus.

O que fica perceptível é que a emigração não acontece num vácuo fora do que se passa no país. O empobrecimento, a precariedade laboral, a estagnação económica, a perspetiva de estagnação pessoal fazem parte de um quadro diverso de motivos para partir, mas não é só nesse momento que se encerram as dificuldades. O lugar de classe, as redes de contacto e solidariedade diferenciam esta experiência de forma bastante significativa a integração (ou as dificuldades) num novo país.

A saída sistemática de portugueses ao longo das décadas gerou comunidades diaspóricas bastante significativas por diversas regiões, em particular no mundo ocidental. O Observatório da Emigração estimava que existiriam dois milhões de portugueses emigrantes no mundo (nascidos em Portugal).^[4]

Muitos destes emigrantes contribuem com remessas para as suas famílias, acompanham a política nacional ou participam em associações folclóricas. Alguns militam em partidos dos países onde residem, ampliando o seu contexto e rede de recursos militantes. Muitos são os emigrantes que esperam poder voltar e são tantos os que se sentem abandonados pelo seu país.

O contributo destes militantes deve ser plenamente reconhecido também no âmbito do Bloco de Esquerda. A dimensão corporal de muitos momentos políticos relevantes - como a Conferência de Jovens -, embora importante para o aprofundamento das relações sociais, não deve constituir um fator de exclusão. Na verdade, a experiência de um jovem português é cada vez mais marcada por dinâmicas de mobilidade e migração.

Os jovens militantes bloquistas que vivem no estrangeiro sentem, muitas vezes, um afastamento em relação à restante militância jovem, sobretudo por não poderem participar nos espaços sociais onde se constroem relações de proximidade, mas também onde se acede a recursos e dinâmicas internas do partido. O combate à informalização organizativa deve, por isso, traduzir-se na construção de uma militância mais igualitária, onde todas as pessoas partam de condições semelhantes para intervir.

Para além disso, a diversidade de experiências presentes nos circuitos migratórios - e nas comunidades em que estes jovens se inserem - constitui um contributo valioso para o Bloco de Esquerda. Compreender como se organizam outras diásporas, reconhecer a plataforma comum que pode ser a lusofonia e valorizar as afinidades na luta social entre emigrantes e não emigrantes são dimensões fundamentais. Este conjunto de experiências compõem um mosaico rico que caracteriza a diversidade da juventude portuguesa e que é, hoje, demasiado importante para continuar a ser ignorada.

[1]https://www.uc.pt/site/assets/files/1483056/2024_-_01_-_12_-_expresso_-_30_dos_jovens_nascidos_em_portugal_vivem_fora_do_pais.pdf

[2]<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/fluxo-de-emigracao-jovem-no-ano-passado-foi-o-mais-alto-em-quase-uma-decada/>



[3] <https://www.jpn.up.pt/2025/02/13/quase-75-dos-estudantes-ponderam-emigrar-esta-mesmo-a-haver-uma-fuga-de-talento-em-portugal/>

[4] <https://observatorioemigracao.pt/np4EN/8821.html>

OUSAR IR CONTRA A CORRENTE

Vasco Ruela

Vivemos um tempo de desafios, de criação e de construção. Sentimos a necessidade de uma definição política, procurando a certeza na rota que seguimos. Somos todos e todas jovens que constroem o partido, que nele depositam a confiança para mudar o mundo, para edificar um país justo e uma sociedade que nos respeite, uma sociedade justa. Somos jovens que não desistem quando tudo nos impele à desistência. Somos a esquerda que, por nunca ter atirado a toalha ao chão, levantou bandeiras e construiu pequenas revoluções nas nossas escolas, nos nossos locais de trabalho, nas nossas autarquias e, também, no parlamento. As lutas que travámos não foram fáceis, e sabemos que as que temos pela frente também não serão. Encontremos forma de vencer as segundas.

A juventude portuguesa enfrenta uma precariedade extrema: é das que mais horas trabalham, das que menores salários recebem, das que maiores rendas pagam, das que suportam as propinas mais altas e das que piores transportes e escolas têm. Um jovem em Portugal esbarra diariamente num sistema que o explora e que, com as mais sofisticadas armas de propaganda, ainda o convence de que apenas os ricos são vencedores e de que o acesso ao topo está aberto desde que se trabalhe o suficiente. A individualização do fracasso acelera a desilusão de toda uma geração, que deixa de ver no coletivo qualquer resposta. Para outros tantos, a radicalização à direita apresenta-se como a solução para a angústia de uma vida minorizada.

O desafio de uma força socialista de futuro, que ouse entrar nas fileiras da juventude, é o de criar uma solução política por inteiro: que afaste a institucionalização de um discurso moderado, que vise a transformação da sociedade e a superação de um sistema podre, que canalize a radicalidade dos tempos que vivemos e que seja a voz de uma geração que anseia por participação e por uma vida melhor. A esquerda que construímos não se faz de projetos fáceis nem de soluções superficiais, somos da luta inteira e do debate aprofundado. Mas, da resistência à reflexão, o futuro que projetamos tem de materializar-se em conquistas concretas e propostas práticas. O trabalho que temos pela frente exige ousadia, radicalidade e ambição, sem nunca ser um motivo de frustração coletiva. A reconstrução que pretendemos faz-se no dia a dia, através de vitórias mobilizadoras, de reunião e reflexão, da partilha de informação e de decisão.

A nós, jovens, cabe um papel central na criação de movimentos sociais e na geração de massa crítica em torno das nossas propostas. Sem eleições à vista, ganhamos um balão de oxigénio, um momento único para que, em todos os locais de ativismo, de trabalho e de estudo, se crie debate e se pensem soluções alternativas. Reforcemos a ligação entre o partido e os espaços, transformando os que frequentamos num ponto de discussão, de contacto e de partilha. Precisamos de reuniões e debates fora das sedes, que aconteçam em espaços públicos, abertos a quem se queira juntar e ouvir. Os nossos próximos anos serão dedicados a reforçar o trabalho na rua, na escola, no local de trabalho e no bairro.

A nossa responsabilidade é enorme e deve entusiasmar-nos. A esperança constrói-se com uma militância organizada e motivada. Está ao nosso alcance criar espaços de intervenção, descentralizando a decisão e entregando ferramentas concretas a cada pessoa que se junta ao Bloco. Nos próximos anos, tudo o que acontecer deve resultar da vontade manifesta de um grande Bloco. O nosso destino não pode ficar refém de visões

limitadas e de fins imediatos, devendo antes nascer de uma construção coletiva, profunda e participada. Mais do que nunca, a missão dos grupos de trabalho e dos órgãos do Bloco é assegurar o trabalho coletivo, evitar o acantonamento temático e territorial e articular a nossa atividade à escala nacional.

Avançemos juntos.

CONTRA A REVISÃO, CONSTRUIR ALTERNATIVA

Ana Alves, Diogo Gomes, Diogo Mira, Eduardo Couto, Esmeralda Susana, Évila Tavares, Guilherme Bruno, Joana Tiago, Madalena Guerreiro, Maria Leonor Costa, Vasco Ruela, Vítor de Almeida Martins

O Direito deve refletir a vontade de um povo, expressa pela sua maioria. Embora manifestamente insuficiente quando isolada, esta premissa ilustra com clareza a natureza mutável do Direito. Sob pena de se tornar injusto, o ordenamento jurídico tem de evoluir em sintonia com a sociedade que regula, acompanhando a sua cultura e a sua vivência.

Em 2015, quando, para derrotar a direita dos despedimentos, dos baixos salários e das baixas pensões, a direita da miséria, foi preciso unir forças, a esquerda provou a viabilidade de compromissos alargados em setores-chave. O Bloco foi a esquerda da devolução de salários, do descongelamento das pensões e, mais ainda, a esquerda de futuro que avançou nos direitos sociais, que combateu a cultura conservadora e que lançou as bases de uma sociedade do respeito e da dignidade. O Partido Socialista, focado na defesa aguerrida do status quo que o próprio erigiu, pouco deixou a esquerda fazer. Na realidade, a própria convergência à esquerda nunca almejou uma transformação de fundo, mas sim a recuperação de um patamar mínimo de dignidade em Portugal. O muito que fizemos foi pouco.

Afastada do poder durante nove anos, a direita portuguesa aprendeu a não arrastar os pés. Nas sombras, preparou a fatura a cobrar por todas as conquistas sociais e traçou um roteiro detalhado para o futuro. Agora no Governo, esta maioria de direita extremada percebe que ainda não é o momento de declarar vitória na sua guerra pela hegemonia. Em vez disso, ataca dia após dia: o Governo anuncia, sem vergonha e com pompa e circunstância, alterações à lei laboral e ao valor das propinas; revê as aprendizagens essenciais do ensino, saneando, pelo caminho, a literatura e a história, e reverte a lei da autodeterminação de género.

Reconhecendo os avanços que alcançámos no passado, devemos recusar a mera defesa das leis em vigor. Face a uma revisão reacionária que não dará tréguas, temos de evitar a trincheira do status quo e ambicionar a construção de projetos alternativos. O caminho para uma esquerda forte, capaz de devolver ao povo a esperança numa sociedade mais justa, exige a criação de um mapa, traçado com as coordenadas da nossa luta, que nos guie na construção de uma verdadeira alternativa.

Começando pela legislação laboral, a direita tem concentrado todas as suas forças numa ofensiva contra a classe trabalhadora, visto ser a exploração do trabalho o grande pilar do seu sistema. À esquerda, a resposta tem de passar por uma luta cerrada, combinada com uma profunda reflexão em torno de um projeto de emancipação do trabalho face ao capital. Na Educação, desde o ensino secundário ao superior, o agravamento das propinas e o aumento do peso dos exames nacionais devem incitar à construção de um projeto educativo radicalmente alternativo. No debate da revisão constitucional, no momento em que se assinalam os 50 anos da Constituição da República, cumpre-nos analisar as suas sucessivas alterações e defender o regresso a um texto fundamental mais próximo de

quem trabalha, sem nunca abdicar da defesa do Estado de Direito democrático.

A contraofensiva de que necessitamos tem de ser construtiva. Mais do que resistir à revisão, exijamos a emancipação de um povo que anseia por respostas, e não apenas por posições defensivas. O estado atual das coisas não serve. E só conseguiremos demonstrar que a receita da direita agrava as condições de vida se formos capazes de apresentar uma alternativa de fundo e por inteiro.

MULHER NA DEMOCRACIA NÃO É BIOMBO DE SALA

Ana Alves, Diogo Gomes, Paulo Aguiar, Madalena Guerreiro, Vasco Ruela, Maria Leonor Costa, Guilherme Bruno, Vitor Almeida Martins

“A mulher é a proletária do proletário” Flora Tristan

Sabemos que a representação feminina no poder de decisão e nas elites económicas é historicamente diminuta. O mesmo se passa na representação feminina na política portuguesa que não só se encontra longe da percentagem definida pela última alteração da lei da paridade (40%), como inclusive, diminuiu nas últimas duas eleições legislativas, pela primeira vez desde a história da democracia portuguesa.

O retrocesso é claro e apresenta-se em tom de manifestação de desprezo sobre todos os corpos que não os cis-género, burgueses e conservador-o-autoritários. Contra os avanços machistas e misóginos presentes que já se vão refletindo em tentativas e alterações concretas à legislação em vigor, apenas a resistência feminista e socialista poderá dar resposta. Apenas um feminismo plural que reconheça a sua heterogeneidade de lutas e as diferentes necessidades de direitos e acessos de todas as mulheres e pessoas não binárias pode apresentar-se como contraponto. Devemos caminhar todas/es lado a lado, sem que ninguém veja as suas reivindicações avançarem, sem que avancem também, as das suas companheiras. A nossa multiplicidade deve ainda, ser observada com um fator positivo e agregador que demonstra a nossa capacidade de luta e resistência em diversas esferas.

O feminismo que defendemos deve partir de uma base marxista porque dela vem o reconhecimento de classes que destroem a igualdade entre mulheres e homens. A classe é uma das principais dificuldades e entraves à igualdade entre géneros. São as mulheres as que ocupam os primeiros lugares nas tabelas relativas à pobreza e são também elas quem mais tem dificuldade em sair do círculo vicioso da pobreza. Sabemos que as mulheres trabalham mais que os homens, não apenas em Portugal, mas na maioria dos países do mundo, no entanto, sabemos também que são as que ganham salários mais baixos e que inclusive têm mais empregos em simultâneo, situações laborais mais precárias e horas de trabalho doméstico não remunerado acrescido.

Só a redistribuição real de riqueza pode contrapor o observado, permitindo a organização económica feminina e a sua autonomia. Só o feminismo-socialista poderá assegurar o acesso efetivo à igualdade e trilhar um caminho para que a qualidade de vida deixe de ser uma miragem e passe a ser uma presença. Deixando para trás projetos obscuros de retrocesso e ameaça que pretendem enviar-nos de novo para casa, sem que dessa tenhamos possibilidade de sair.

Contra o neofascismo autoritário, misóginos e racista e o liberalismo mascarado que tenta construir uma ideia de igualdade entre mulheres e homens com base na meritocracia e no trilho individual, respondemos com comunidade, organização, união e solidariedade. Porque sem pluralidade, a igualdade entre géneros não se efetiva e nem tão pouco, a

igualdade entre as próprias mulheres que sem se aliarem e sem construírem um caminho coletivo, deixarão de parte as mulheres negras, racializadas, LGBTQIAP+, pobres, entre inúmeras que não se circunscrevem nas que à partida começam um pouco à frente, no caminho pela igualdade.

O ELEVADOR SOCIAL AVARIADO: COMO A HABITAÇÃO EXPULSA OS ESTUDANTES

Vitor Almeida Martins, Paulo Aguiar, Ana Alves, Esmeralda Susana, Vasco Ruela, Madalena Guerreiro, Diogo Duarte Silva, Guilherme Bruno, Diogo Gomes

O 25 de Abril trouxe consigo a promessa de que a universidade deixaria de ser um privilégio de classe. A democratização do Ensino Superior foi, sem dúvida, uma das maiores conquistas da nossa história, onde se quebraram as barreiras do elitismo e onde se abriram as portas das faculdades às filhas de quem antes mal conseguia sonhar com mais do que a escolaridade obrigatória. No entanto, o tempo provou que se o Estado nos abriu as portas, esqueceu-se de nos construir um teto. Hoje, essa promessa histórica está a ser esvaziada a um ritmo difícil de acompanhar. O direito a estudar esbarra num bloqueio que já não é a nota do secundário, mas sim a conta bancária da família. A habitação transformou-se no grande e silencioso filtro social da nossa geração.

Nas últimas décadas, assistimos a uma transformação brutal das nossas cidades. A habitação deixou de ser tratada como um direito e um bem de primeira necessidade para passar a ser encarada puramente como um ativo financeiro, um produto de especulação descontrolada. As cidades universitárias foram entregues ao mercado livre, à epidemia do turismo, ao alojamento local e aos nómadas digitais. O resultado disto é uma expulsão planeada, pelo governo, daqueles que têm menos recursos.

Jovens que saem das suas terras com a ambição de estudar deparam-se diariamente com o desespero de encontrar quartos a 400, 500 ou 600 euros. Esta realidade não é apenas um “fator de stress” ou uma dificuldade “que vai passar”. É uma barreira de classe intransponível para milhares de estudantes. É a diferença exata entre podermos ter um diploma ou sermos forçados a voltar para casa.

E o que encontram aqueles que, com enorme sacrifício das famílias ou acumulando trabalhos precários, conseguem finalmente arrendar um espaço? Encontram, vezes demais, a indignidade. Deparamo-nos com residências, ou até mesmo quartos, em situações precárias. Submetemo-nos a viver em espaços sobrelotados, a dividir casas de banho com dezenas de pessoas, ou a dormir em marquises e salas transformadas em quartos improvisados. Aceitamos estas condições porque a alternativa é a rua ou o abandono do curso. O mercado imobiliário lucra ativamente com o nosso desespero, alimentando a impunidade de senhorios que cobram rendas milionárias por buracos que não cumprem os mínimos.

Diante desta agressão económica, o que temos visto do Estado é um histórico de falhas e de total desresponsabilização. O Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior (PNAES) arrasta-se há anos num mar de burocracias, promessas adiadas e anúncios reciclados que raramente se traduzem em camas reais e acessíveis. As instituições escondem-se atrás de desculpas orçamentais, silenciando quem vem a público reivindicar que há quem não tem onde dormir.

Enquanto as poucas residências públicas continuam lotadas, subfinanciadas e muitas vezes a necessitar de obras estruturais urgentes, vemos crescer nas nossas cidades empreendimentos radiantes e residências privadas, que são complexos de luxo com

ginásios, salas de cinema e rooftops, desenhados à medida para os estudantes estrangeiros com alto poder de compra, invalidando por completo as necessidades reais dos jovens da classe trabalhadora que não conseguem pagar os quase mil euros de mensalidade que estes espaços exigem.

Esta crise habitacional não afeta apenas as finanças; ela corrói a saúde mental e destrói o percurso académico. É humanamente impossível exigir foco, excelência e dedicação a um estudante que vive numa corda bamba, sem saber se no próximo semestre o senhorio lhe vai aumentar a renda ou se vai ser expulso. Esta pressão constante atira os jovens para um ciclo vicioso de exaustão. Para conseguir pagar a cama onde dormem, milhares são forçados a aceitar trabalhos precários e mal pagos depois das aulas, chegando à faculdade sem horas de sono e sem capacidade para acompanhar o ritmo exigido. A universidade, que deveria ser um espaço de descoberta e de emancipação intelectual, converteu-se num autêntico exercício de sobrevivência.

Não podemos normalizar esta violência, tal como não podemos aceitar que a precariedade nos roube o futuro. A habitação não pode continuar a ser o luxo que dita quem tem o direito de sonhar com um curso superior. A resolução desta crise exige coragem política para enfrentar de frente a especulação imobiliária. É urgente regular o mercado de arrendamento, impor limites máximos e justos aos preços dos quartos para estudantes e travar a ganância de quem faz do nosso desespero um negócio.

Acima de tudo, o Estado tem de assumir a sua responsabilidade. Precisamos de um investimento real na reabilitação do vasto património devoluto do Estado, transformando-o em dezenas de milhares de camas a preços sociais, com condições dignas.

Estudar não pode ser um ato de heroísmo, nem uma corrida de obstáculos desenhada para deixar os mais pobres para trás. A democratização do Ensino Superior prometida pelas portas que se abriram em abril só estará verdadeiramente cumprida no dia em que nenhum jovem for obrigado a abandonar a faculdade por lhe faltar um teto onde dormir. O direito à educação começa, obrigatoriamente, pelo direito à habitação.

2 DE ABRIL DE 1976

Diogo Gomes, Madalena Guerreiro, Ana Alves, Paulo Aguiar, Guilherme Bruno

Há 50 anos, uma geração como a nossa disse basta. Basta de censura, de guerra, de passar a vida a trabalhar para não ter nada. E escreveu isso em lei, em direitos que ninguém pudesse tirar de um dia para o outro.

A Constituição de 1976 não nasceu numa sala de reuniões. Nasceu na rua. Nas ocupações de terras, nas assembleias de trabalhadores, nas pessoas que pela primeira vez em décadas podiam dizer o que pensavam sem ter medo. Foi uma geração que virou o país do avesso e depois exigiu que ficasse escrito.

E Ficou.

Mas não ficou sem luta. No próprio dia da aprovação, um único partido votou contra: o CDS. Dezasseis deputados recusaram assinar aquele texto. Da sala, alguém gritou “Reacionários!” Tinham razão. Não era uma objeção técnica ao articulado. Era o reacionismo de sempre, a mesma direita que tinha convivido bem com o regime, que não queria direitos laborais, que não queria Estado Social, que não queria que o povo tivesse instrumentos para se defender do poder económico.

Depois veio o trabalho mais fino. As revisões constitucionais, o FMI, a troika, a precarização. A nossa geração sabe bem o que isso significa: os recibos verdes, os contratos que não



chegam ao fim do ano, os salários que não chegam ao fim do mês, os jovens que saem do país porque cá não conseguem ficar.

E agora chegam outra vez, desta vez sem disfarce. André Ventura declarou que Portugal tem uma “oportunidade histórica” para rever a Constituição, que o processo deve avançar “ainda este ano” e que o Tribunal Constitucional exerce um “bloqueio permanente”. O argumento é simples e velho: se a lei protege direitos que a direita não quer cumprir, então é a lei que está errada. O Chega quer uma “limpeza ideológica” do texto constitucional, retirar o que chamam de “peso excessivo do Estado” e apagar do preâmbulo qualquer referência ao combate ao fascismo e à construção de uma sociedade mais justa.

Esta data não é só para celebrar. É para perguntar o que fazemos com o que nos deixaram. Temos uma Constituição que garante o direito à habitação e jovens que dormem em carros. Que fala em trabalho digno e uma geração inteira na precariedade. Que defende a igualdade enquanto a distância entre quem tem e quem não tem continua a crescer. E agora querem aproveitar esse falhanço para dizer que a culpa é da Constituição.

Não é. A culpa é de quem nunca a quis cumprir.

A geração de Abril fez a parte dela. Arrancou direitos com as mãos e passou-nos esse legado. O que fazemos com ele é connosco.

Abril não acabou. Continua, se quisermos que continue.

TOURADA: UMA TRADIÇÃO QUE O ESTADO NÃO DEVE CONTINUAR A FINANCIAR

Diogo Gomes, Madalena Guerreiro Esmeralda Susana Vasco Ruela, Ana Alves Paulo Aguiar, Guilherme Bruno

A discussão em torno das touradas não é nova, mas continua por resolver. Em Portugal, uma prática que inflige sofrimento deliberado a animais continua a ser financiada com dinheiro público e protegida por um estatuto de “interesse cultural”. É tempo de questionar esse consenso em coerência com os valores que a sociedade portuguesa foi construindo ao longo das últimas décadas.

O sofrimento animal nas touradas não é acidental nem evitável, é o espetáculo em si. O touro é submetido a stress extremo desde a entrada na praça: picado, bandarilhado, exausto. Em Portugal, ao contrário de Espanha, a morte na arena não é o desfecho visível, mas o animal sai ferido e acaba por morrer na sequência do espetáculo. A diferença é de forma, não de substância. A sensibilidade crescente da sociedade para o bem-estar animal, visível na legislação, nos hábitos de consumo, nas escolhas políticas de outros países europeus, torna cada vez mais difícil justificar esta realidade com base em tradição.

O argumento cultural merece ser levado a sério, mas também a ser escrutinado. Uma tradição não se torna legítima apenas por ser antiga. A história está cheia de práticas que foram abandonadas porque a sociedade evoluiu nos seus valores, algumas delas também consideradas, no seu tempo, parte da identidade nacional. Preservar identidade cultural não obriga a preservar o sofrimento que lhe está associado.

O financiamento público é onde o Estado e os municípios têm responsabilidade direta e imediata. Em vários municípios portugueses como no distrito Santarém, câmaras continuam a subsidiar espetáculos tauromáquicos com verbas que poderiam ser aplicadas em cultura acessível, desporto ou apoio social. Isenções fiscais e apoios indiretos completam um quadro de cumplicidade institucional que não encontra justificação numa sociedade

que se diz moderna e plural. É preciso deixar de usar o erário público para sustentar uma prática que uma parte crescente da população rejeita, e que nenhum jovem hoje escolheria construir do zero.

Proteger animais do sofrimento desnecessário não é uma causa de nicho, é uma responsabilidade do Estado democrático. A cultura evolui. Os valores mudam. As políticas públicas têm a obrigação de os acompanhar, em vez de ficarem reféns de lobbies e de uma nostalgia que já não representa a maioria.

CORPOS POLÍTICOS, RUAS INSUBMISSAS

Paulo Aguiar, Maria Leonor Costa, Guilherme Bruno, Esmeralda Susana, Diogo Gomes, Ana Alves, Madalena Guerreiro, Joana Tiago, Vasco Ruela

A luta LGBTQIA+ em 2026 não é apenas uma reivindicação de direitos civis, mas uma batalha central pela sobrevivência da democracia e da dignidade humana perante uma ofensiva reacionária sem precedentes. Enfrentamos um tempo em que o jogo está viciado contra a juventude, no qual o sistema capitalista nos entrega precariedade, ansiedade e incerteza como única promessa de futuro. Vivemos o paradoxo de uma visibilidade sem precedentes, com Marchas do Orgulho a expandirem-se para 33 cidades portuguesas nos últimos 25 anos, que convive, simultaneamente, com um ataque direto à nossa existência.

Este cenário de tempos sombrios é alimentado por uma direita que, liderada pelo PSD, Chega e CDS, se uniu em março de 2026 para aprovar leis que revertem a autodeterminação de género consagrada em 2018, tentando reintroduzir a obrigatoriedade de diagnósticos médicos e restringir cuidados de saúde a menores. O projeto do PSD, que exige o retorno ao regime de 2011, representa uma colagem política à extrema-direita e um negacionismo da ciência que ignora o consenso clínico internacional. Esta ofensiva personifica-se em figuras como Paulo Nuncio, Eva Brás Pinho e André Ventura, rostos de uma direita extremada e de uma extrema-direita que, através da manipulação, de artigos de opinião, de propostas legislativas e do terror digital, tentam patologizar as nossas identidades e proibir cuidados de saúde essenciais, ignorando a autonomia dos corpos.

Como Jovens do Bloco, entendemos que este ataque não é isolado, ele faz parte de uma estratégia de opressão que visa empurrar as identidades dissidentes de volta para a invisibilidade, enquanto o governo esconde pareceres técnicos, como o da CIG, que contradizem a sua agenda obscurantista. O Bloco de Esquerda propôs o reforço da lei de 2018, focando-se na formação de docentes e na proteção da confidencialidade dos estudantes trans, mas este projeto foi chumbado pela maioria de direita. Perante isto, a nossa resposta deve ser a organização coletiva: temos de segurar a mão uns dos outros e garantir que ninguém fica sozinho perante o isolamento e a violência institucional. Eles querem a nossa desmobilização e o nosso enfraquecimento, perante este ataque, a única resposta possível é afirmar que o tempo de sair à rua, de nos unirmos e de defender os nossos direitos é agora.

A defesa da comunidade LGBTQIA+, especialmente da comunidade Trans, exige uma presença física intransigente em espaços de libertação e cultura alternativa, que estão sob cerco de uma aliança entre a gentrificação imobiliária e o reacionarismo moral. Inspiramo-nos em exemplos internacionais de sucesso, como a “La France Insoumise” e o “Die Linke”, que utilizam o enraizamento local e a educação popular para ligar as lutas identitárias à sobrevivência material. Em Espanha, a vitória da autodeterminação de género foi o resultado de uma sinergia entre a presença institucional e a pressão asfixiante das ruas, um modelo que devemos replicar para derrotar o obscurantismo em Portugal. A nossa luta faz-se nas ruas, ocupando o espaço público para garantir que os nossos direitos não são negociáveis.



A rua tem de ser o nosso espaço de confronto porque sabemos muito bem que a comunicação social e os algoritmos das redes sociais estão hoje profundamente aliados à democracia liberal e à máquina de propaganda da extrema-direita. Enquanto o espaço digital é mediado por métricas de lucro e filtros que silenciam a dissidência, e os grandes meios de comunicação normalizam o discurso de ódio em nome de um falso equilíbrio, a rua permanece como o único território que não se deixa contaminar. Tomamos a rua porque é nela que o nosso corpo se torna político e a nossa voz não pode ser editada ou bloqueada.

Urge rejeitar o pinkwashing das corporações e de eventos como o EuroPride, que mercantilizam os nossos corpos enquanto nos é retirado o direito à habitação e à saúde mental. A resistência exige recuperar o legado de conquistas do Bloco, como a Lei da Autodeterminação de 2018 e o avanço nos direitos reprodutivos, para exigir agora o reforço da lei contra o bullying transfóbico e a garantia de confidencialidade nas escolas.

A nossa força reside em marchar lado a lado com quem recusa o imperialismo e a guerra, entendendo que a libertação queer é indissociável de um combate revolucionário contra o capital.

DESPORTO E CULTURA

Esmeralda Susana, Madalena Guerreiro, Diogo Gomes, Maria Leonor Costa, Guilherme Bruno, Ana Alves

O desporto e a cultura são pilares centrais de uma sociedade justa, democrática e livre. Porém, tal como noutras áreas fundamentais da vida coletiva, também aqui persistem desigualdades estruturais, falta de investimento público e decisões políticas que continuam a reproduzir exclusão em vez de garantir direitos. É por isso que afirmamos com firmeza que o desporto deve ser um direito e não um privilégio. Deve ser acessível a todas as pessoas, independentemente da sua condição económica, género, origem ou território. No entanto, o país permanece marcado por desigualdades gritantes como instalações degradadas ou inexistentes, sobretudo fora dos grandes centros urbanos, precariedade entre profissionais do desporto, cortes sucessivos no desporto escolar e políticas públicas que favorecem elites em detrimento do desporto de base. Como consequência, milhares de jovens, especialmente aqueles que mais beneficiariam da prática desportiva, continuam excluídos por falta de meios, estruturas e apoio público.

A cultura e o desporto são espaços essenciais de liberdade, criação e comunidade. São territórios onde se constroem identidades, onde se combate o isolamento, onde se desafiam normas e onde se reinventa o comum. Precisamos de políticas que aproximem escolas, clubes, associações culturais e coletividades, porque é aí, na vida concreta, que se constrói democracia todos os dias.

Vivemos, contudo, um momento preocupante de retrocesso nos direitos das mulheres e da comunidade LGBT+, alimentado por discursos reacionários que procuram normalizar a desigualdade e a discriminação. Estes ataques não surgem isoladamente, fazem parte de uma agenda mais vasta que pretende fazer-nos recuar décadas de conquistas sociais, políticas e culturais. No desporto, estes retrocessos têm impactos diretos. Reforçam a desigualdade de género e a desvalorização do desporto feminino, legitimam discursos de ódio e vigilância sobre corpos que não se encaixam na norma, intensificam o controlo, o escrutínio e a exclusão das pessoas LGBT+ dos espaços desportivos, favorecem políticas discriminatórias, como a exclusão automática de atletas trans e alimentam um ambiente hostil, especialmente para jovens que procuram no desporto um espaço seguro. O ataque aos direitos das mulheres e das pessoas LGBT+ não é apenas ideológico, ele transforma

a realidade concreta das competições, das equipas, dos balneários, das instituições e das comunidades desportivas. Sem igualdade, o desporto deixa de ser libertador para se transformar em mais um instrumento de opressão.

A desigualdade de género no desporto português continua a ser um problema estrutural. Menor financiamento e visibilidade para modalidades femininas, diferenças salariais e de apoios incomparáveis, ausência de mulheres em posições de decisão e condições de treino profundamente desiguais.

Estas desigualdades agravam-se quando o discurso político dominante tenta normalizar a ideia de que a igualdade é um exagero ou uma construção ideológica. Não é. O que é estrutural é precisamente a desigualdade e é essa estrutura que devemos enfrentar.

Também por isso, rejeitamos firmemente a recente exclusão de atletas trans das competições femininas em Portugal. Trata-se de um retrocesso civilizacional que não responde a qualquer necessidade real, mas sim a um clima político que tenta instrumentalizar corpos vulneráveis para alimentar uma cultura de ódio. Um desporto justo é aquele que integra, respeita, acompanha e inclui. Um desporto injusto é aquele que expulsa, simplifica, vigia e exclui. E nós não aceitamos retrocessos.

Por tudo isto, defendemos um compromisso público para um desporto inclusivo e igualitário. Propomos uma estratégia que reconheça o desporto e a cultura como bens comuns. Um aumento substancial do investimento público no desporto de base e no desporto escolar, carreiras dignas para os profissionais do desporto, combate firme às desigualdades de género, com financiamento justo, visibilidade e condições equitativas para o desporto feminino, revogação das normas discriminatórias que excluem atletas trans, garantindo inclusão e respeito pelos direitos humanos, programas que articulem cultura, desporto e juventude, especialmente em territórios periféricos, infraestruturas públicas acessíveis e sustentáveis e ações decisivas de combate à violência, ao racismo, ao sexismo e à LGBTfobia no desporto.

O desporto e a cultura têm um imenso potencial transformador, mas só o realizarão plenamente se continuarmos a lutar para que sejam espaços de liberdade, igualdade e inclusão.

É essa a visão que trago para este plenário e é essa a visão que podemos construir coletivamente.

CONTRA O ABSURDO DA GUERRA, MOBILIZAR, MOBILIZAR!

Diogo Duarte Silva, Diogo Gomes, Diogo Mira, Joana Tiago, Madalena Guerreiro, Paulo Aguiar, Vasco Ruela, Vítor Almeida Martins, Esmeralda Susana, Ana Alves, Maria Leonor Costa, Guilherme Bruno

Com o seu modelo de acumulação em crise, e com uma crescente incapacidade de competir pelo controlo de redes globais de produção, de infraestruturas, e de redes financeiras e digitais, assistimos hoje à agudização imperialista dos Estados Unidos da América. Crente de que o plano multilateral e o arranjo da ordem internacional os prejudicam nessa competição, os EUA têm procedido a uma contínua retirada desses espaços e a uma troca da hegemonia consentida que praticaram ao longo das últimas décadas, e que caracterizava a ordem liberal internacional, pela tentativa de conquistar estas redes globais pela intimidação e pela força. É neste quadro que entendemos a agressão dos EUA à Venezuela, sem procurar uma mudança de regime, mas sim procurando garantir o acesso à extração de recursos e o corte da distribuição a potências rivais. De igual modo, também a agressão conjunta dos Estados Unidos e de Israel ao Irão representa uma

tentativa desesperada de alterar o quadro de influências na região e de destabilizar as potências rivais que dele dependem. Tudo indica, no entanto, que esta tentativa fracassada e desorientada, produza ainda mais instabilidade e coloque os EUA numa situação ainda mais frágil do que já se encontrava.

A guerra tem custos. O custo mais relevante é, obviamente, o custo humano. Em menos de um mês de guerra predominantemente aérea, são mais de 3 mil as mortes confirmadas na região, maioritariamente no Irão e no Líbano, e dezenas de milhares de feridos. Entre elas, e logo no primeiro dia de guerra, mais de 160 crianças numa escola primária feminina atingida pelos EUA. Além disto, esta guerra acarreta um enorme custo planetário e ambiental. A chuva negra tóxica que caiu sobre Teerão após o ataque às refinarias da capital iraniana poderá ter consequências graves tanto a nível de saúde como a nível ambiental. Bastaram as primeiras duas semanas da guerra para produzir mais de 5 milhões de toneladas de dióxido de carbono, mais do que as emissões anuais de alguns países. Pelo mundo fora, minas de carvão são reativadas para tentar lidar com a crise energética despoletada pela guerra, e múltiplos governos europeus já falam em reduzir as metas climáticas.

A estes juntam-se os custos para a ordem internacional. Claramente em decadência a diversos níveis, a guerra contribui para a contínua erosão das instituições multilaterais. Cada vez mais, o caos é a norma. A ordem internacional caminha não para uma transição hegemónica ou para um mundo multipolar, mas sim para uma (des)ordem apolar, fragmentada e pós-multilateral, sem qualquer tipo de pilares fundamentais capazes de garantir estabilidade, segurança, respeito e cumprimento de normas e provisão global de bens públicos. A guerra lançada no Irão intensifica este caminho e arrisca a lançar-nos de volta a um mundo que já nem sequer tenta disfarçar que só a força conta. É também neste quadro que a incoerência, complacência e incapacidade de afirmação de Portugal, da União Europeia e de outros países do Norte Global acentuam o problema. Se, logo após a viragem do milénio, o país manchou a sua imagem ao credibilizar as mentiras da Guerra do Iraque e apoiando os crimes que começaram na Cimeira das Lajes, mais de duas décadas depois, a contribuição do governo português para a erosão do Direito Internacional atinge novos níveis. Do genocídio em Gaza, passando pela violação da soberania da Venezuela, à agressão militar lançada agora contra o Irão, o governo português apresenta uma total seletividade e tratamento preferencial no respeito pelo Direito Internacional, dando carta branca a países ditos aliados para quebrarem abertamente as normas e instituições que, pelo menos no papel, devem ditar as relações entre estados.

Por último, os custos mais aparentes para a carteira das pessoas notam-se pela disrupção nos mercados energéticos criada pela guerra, nomeadamente pelo bloqueio do Estreito de Ormuz feito pelo Irão em reação à agressão dos EUA e de Israel. Ao gerar um corte da distribuição de um quinto do petróleo e do gás natural comercializado a nível global, o consequente aumento dos preços dos combustíveis e das contas de casa são o primeiro sufoco no salário já apertado dos trabalhadores portugueses. A quebra de distribuição de gás natural está a criar, por sua vez uma quebra na produção de fertilizantes e consequente aumento de preços que levará a um contínuo aumento da conta do supermercado. Mas estes custos não ficarão por aqui. Esta não será só uma crise energética. Tudo indica que o Banco Central Europeu repetirá a receita usada na última crise da inflação e subirá novamente as taxas de juro, ignorando que a pressão inflacionista surge do lado da oferta. Isto traduz-se num novo sufoco no pagamento da prestação da casa. A nível global, também o corte do fornecimento de hélio representa um risco para a sustentabilidade da indústria dos semicondutores, o principal motor do setor da inteligência artificial, o que poderá rebentar a bolha e consequentemente gerar uma crise financeira.

Além do mais, está à vista de todos que estes custos não são distribuídos por igual. Em máximos históricos, os produtos alimentares essenciais encarecem semana após semana, as filas nas bombas de gasolina multiplicam-se na tentativa de antecipar novas subidas, enquanto esticar o dinheiro até ao fim do mês se torna um exercício cada vez mais exigente. É a maioria do costume que vê a sua vida subjugada ao acentuar da crise e ao aumento do custo de vida, já ditado pela subordinação de Portugal à barbárie, sendo

cúmplice dos interesses imperialistas e burgueses que condenam a classe trabalhadora a uma sobrevivência cada vez mais precária. A alegada “coincidência” entre os lucros recorde das grandes petrolíferas e os surtos inflacionistas está longe de ser inédita. Pelo contrário, revela um padrão recorrente em que a instabilidade económica se traduz em ganhos extraordinários para alguns, enquanto agrava a incerteza e a instabilidade nas carteiras de quem trabalha. O governo recusa-se a redistribuir a fatura desta guerra que apoiou, ignorando medidas que possam proteger a maioria dos trabalhadores, como o controlo de preços, e escudando quem mais ganha com esta crise, recusando-se a tributar os lucros extraordinários. Desta forma, o absurdo da complacência portuguesa com a agressão militar ao Irão é também em si uma declaração de guerra do governo aos trabalhadores.

Contra o absurdo da guerra, cabe-nos mobilizar em todas as frentes. Se, durante a Guerra do Iraque, o movimento pela paz saiu às ruas por todo o mundo, formando um Povo Global que mandava um recado claro aos belicistas, cabe-nos agora juntar forças para fortalecer, reconstruir e dinamizar um grande movimento anti-imperialista e pela paz. Uma resistência organizada pela paz implica recusar qualquer escalada belicista disfarçada sob o pretexto de uma democracia messiânica, bem como rejeitar os esquemas de quem lucra com a crise numa era que marca o colapso do direito internacional. Significa também condenar todas as formas de agressão e exploração dos povos com a pretensão de consolidar domínios imperialistas. A luta contra a subida do custo de vida e pela redistribuição da fatura deve também passar pela articulação da luta pela paz com uma transição energética verdadeiramente verde e justa, capaz de assegurar não só a sustentabilidade ambiental, mas também a independência energética como garantia face à volatilidade dos mercados. Face à contínua decadência e aos caos que se instala na ordem internacional, cabe-nos ainda fortalecer laços e contactos dentro e fora de fronteiras para uma frente internacionalista e anti-imperialista, que exija o respeito e o reforço do compromisso de igualdade entre povos inscrito na Carta das Nações Unidas.

O CONTRIBUTO DO BLOCO PARA A LIBERTAÇÃO E AUTODETERMINAÇÃO LGBTI+

Beatriz Pontes, Carolina Alves, Diogo Barros, Diogo Teixeira, Lana Pereira, Lara Fernandes

A atualidade política em Portugal não permite ambiguidades: está em curso um recuo concreto nos direitos das pessoas LGBTI+ com impacto direto na vida das pessoas trans. Longe de serem questões secundárias, as pautas de igualdade e não discriminação são centrais para a construção de uma sociedade justa e democrática. Nos últimos tempos, tem-se consolidado uma ofensiva conservadora que procura reverter avanços civilizacionais duramente conquistados, tornando imperativa a ação de forças políticas progressistas como o Bloco de Esquerda.

Um dos focos mais críticos desta ofensiva incide sobre a questão da autodeterminação da identidade de género. Em março de 2026, o Parlamento português aprovou, na generalidade, projetos de lei apresentados pelo PSD, Chega e CDS-PP que reintroduzem a obrigatoriedade de validação médica para alterar o nome e menção de género no registo civil. Esta alteração representa um retrocesso claro face à Lei n.º 38/2018, ao reintroduzir um regime patologizante das identidades trans e ao criar obstáculos ao exercício da autodeterminação. Esta alteração tem sido veementemente criticada por organizações de direitos humanos e especialistas incluindo a Ordem dos Psicólogos Portugueses e a Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica.

Perante este cenário, o Bloco de Esquerda tem-se posicionado firmemente contra esta regressão, denunciando-a publicamente e levando a questão a instâncias internacionais, como a ONU e a Comissão Europeia. Esta postura é crucial para a defesa dos direitos



humanos e para a afirmação de um Portugal mais justo e inclusivo, onde a dignidade e a autonomia das pessoas trans sejam plenamente respeitadas.

O Bloco de Esquerda possui um histórico de compromisso com a causa LGBTI+, tendo contribuído decisivamente para avanços legislativos importantes. No entanto, face à atual conjuntura, é fundamental que o partido intensifique a sua ação. Em primeiro lugar, é imperativo lutar pela reposição da Lei n.º 38/2018 na sua plenitude e combater qualquer tentativa de patologização das identidades trans, defendendo intransigentemente a autodeterminação da identidade de género. Em segundo lugar, o combate à discriminação e ao ódio deve ser uma prioridade, propondo e apoiando medidas legislativas e políticas públicas que visem erradicar a transfobia, a homofobia e todas as formas de discriminação baseadas na orientação sexual e identidade de género. Adicionalmente, a educação e a sensibilização são ferramentas poderosas; é crucial promover a educação para a diversidade e inclusão, desconstruindo preconceitos e estereótipos desde cedo, nomeadamente através da reposição de guias como o “Direito a SER nas Escolas”. Por fim, o desenvolvimento de políticas específicas de apoio social e habitacional para pessoas trans em situação de vulnerabilidade, como a criação de projetos de Housing First, é uma necessidade premente.

A história da luta LGBTI+ em Portugal e no mundo demonstra inequivocamente que as maiores conquistas foram alcançadas através da mobilização e da pressão dos movimentos sociais. A articulação entre o Bloco de Esquerda e estas organizações é, por conseguinte, de vital importância. Os movimentos sociais representam a voz direta das comunidades, possuem um conhecimento profundo das suas necessidades e desafios, e são a força motriz indispensável para a mudança social. É fundamental que o Bloco de Esquerda continue a ouvir atentamente, apoiar ativamente e integrar as reivindicações dos movimentos LGBTI+, participando assiduamente em manifestações, debates e campanhas. Esta colaboração estratégica fortalece a luta, amplia o seu alcance e garante que as políticas propostas respondam efetivamente às necessidades reais das pessoas. A diversidade e a resiliência dos movimentos sociais constituem um baluarte essencial contra o retrocesso e um motor poderoso para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A atualidade política em Portugal exige um compromisso renovado e uma ação enérgica na defesa dos direitos LGBTI+, em particular das pessoas trans. O Bloco de Esquerda, enquanto força política de esquerda, tem a responsabilidade de liderar esta resposta, afirmando um projeto político assente na dignidade, na liberdade e nos direitos humanos. A articulação com os movimentos sociais é a chave para o sucesso desta empreitada, garantindo que a voz das comunidades seja ouvida e que as suas reivindicações sejam transformadas em conquistas reais. A luta pela igualdade e pela liberdade é uma luta de todas e todos, e o Bloco de Esquerda deve estar na linha da frente, com a convicção de que a solidariedade e a organização são as ferramentas mais eficazes para construir um futuro mais inclusivo.

REENCONTRAR A JUVENTUDE NA LUTA DE CLASSES

Andreia Galvão, Beatriz Pontes, Carolina Alves, Diogo Barros, Diogo Teixeira, Lana Pereira, Lara Fernandes, Matilde de Vilhena

O atual contexto socioeconómico em Portugal desenha um cenário de profunda vulnerabilidade para as e os jovens trabalhadores. Aquela que é frequentemente apelidada de geração mais qualificada de sempre enfrenta, paradoxalmente, um mercado de trabalho marcado pela desvalorização estrutural e pela incerteza permanente. Este texto constitui um contributo para a reflexão sobre as fragilidades desta geração e os caminhos

necessários para que o Bloco de Esquerda e a esquerda, no seu todo, possam reconstruir uma ponte de confiança e mobilização com estes setores.

A precariedade deixou de ser uma fase de transição para se tornar uma condição existencial. Os jovens trabalhadores encontram-se hoje num limbo de direitos, onde a norma é a sucessão de vínculos instáveis, desde os estágios não remunerados ou mal pagos até ao abuso dos falsos recibos verdes e contratos a termo. Esta realidade material traduz-se em dificuldades concretas que impedem a construção de projetos de vida autónomos. A principal dificuldade reside na fragmentação. Ao contrário das gerações anteriores, o jovem trabalhador de hoje está muitas vezes isolado em plataformas digitais, em regime de teletrabalho ou em setores de serviços com baixa densidade sindical, o que dificulta a perceção do problema como coletivo e não como uma falha individual.

As fragilidades dos jovens trabalhadores em Portugal não são uma fatalidade do destino, mas o resultado de escolhas políticas que têm sacrificado a dignidade de uma geração em nome da flexibilidade do capital. Para a juventude que hoje entra no mercado de trabalho, a precariedade deixou de ser uma exceção para se tornar a norma existencial,

manifestando-se numa instabilidade que impede o planeamento da vida, o acesso à habitação e a própria saúde mental. Esta realidade é agravada por modelos de organização do trabalho que assaltam o tempo de descanso e a vida pessoal, como é o caso dos horários rotativos e do banco de horas. Os horários rotativos, impostos sem qualquer previsibilidade, desestruturam as rotinas familiares e sociais, enquanto o banco de horas funciona como um mecanismo de apropriação gratuita do tempo do trabalhador, permitindo que as empresas disponham da disponibilidade total dos jovens sem a devida compensação financeira imediata ou o respeito pelos limites da jornada de trabalho.

O cenário torna-se ainda mais alarmante com o novo pacote laboral que o governo de Luís Montenegro pretende implementar. Sob o pretexto da modernização e da competitividade, estas propostas representam um assalto direto aos direitos conquistados, facilitando os despedimentos e aprofundando a desregulação dos tempos de trabalho. Ao reintroduzir e facilitar o banco de horas individual e ao alargar as possibilidades de contratação precária, o governo PSD/CDS está a empurrar os jovens para uma condição de submissão ainda maior perante o patronato. Este pacote laboral não responde à necessidade de melhores salários ou de estabilidade; pelo contrário, visa consolidar um modelo de baixos custos e direitos mínimos que atinge preferencialmente quem está em início de carreira e tem menos defesas contratuais. É uma estratégia que condena a juventude à uberização da sua existência, onde o trabalho consome todo o espaço da vida e o futuro é uma incerteza permanente.

Para que a esquerda reencontre estes jovens, não basta atualizar o discurso, é necessário atualizar a prática e a organização. O desafio é transformar o descontentamento individual em força política organizada. A esquerda deve ser capaz de entrar onde o trabalho hoje acontece: nos centros de chamadas, na logística, no retalho, nas fábricas, nas plataformas digitais e nos espaços de coworking. A organização sindical e política tem de se adaptar à flexibilidade imposta pelo capital para a combater com solidariedade. É fundamental politizar a questão do tempo. A luta pelas 35 horas semanais para todos, pelo direito ao desligamento e pela conciliação real entre trabalho e vida pessoal responde diretamente à exaustão gerada pelo modelo neoliberal. Não há emancipação jovem sem teto. A esquerda deve colocar o controlo de rendas e o investimento público em habitação no centro da sua agenda para a juventude, ligando diretamente o custo de vida à exploração laboral. As redes sociais não são apenas um acessório, mas uma trincheira. É preciso disputar a narrativa contra a direita radical, que capitaliza o ressentimento, oferecendo em troca um projeto de esperança e dignidade coletiva. A reorganização da juventude no Bloco deve passar por ouvir as bases e integrar a militância nos locais de estudo e de trabalho, transformando a agitação virtual em poder popular real. Para que a esquerda, e em particular o Bloco de Esquerda, possa reencontrar estes jovens e responder às suas necessidades, é imperativo que a nossa ação política saia das instituições e se enraíze nos locais onde a exploração acontece.



Precisamos de uma linguagem que fale diretamente à exaustão de quem trabalha por turnos, de quem não sabe o horário da próxima semana e de quem vê o seu salário ser devorado por rendas especulativas. O combate ao pacote laboral de Montenegro deve ser o eixo central de uma mobilização que ligue a luta pelo tempo à luta pelo salário. Reencontrar esta geração exige demonstrar que o projeto socialista é o único capaz de garantir o direito ao lazer, à habitação pública e a um trabalho com direitos, transformando o cansaço individual em organização coletiva. Só desafiando frontalmente a lógica do banco de horas e da precariedade estrutural poderemos oferecer uma alternativa real que devolva aos jovens o controlo sobre as suas próprias vidas.

Em suma, o reencontro da esquerda com os jovens trabalhadores passa por demonstrar que o Bloco de Esquerda é a ferramenta útil para a conquista de direitos materiais imediatos. Só através de uma política que responda à urgência do salário, da casa e do tempo, poderemos vencer a resignação e construir um futuro onde a juventude não seja sinónimo de precariedade, mas de plena cidadania e liberdade.

COMBATER O INDIVIDUALISMO, UNIR A JUVENTUDE

Iara Sobral

O Bloco sempre foi dos jovens, encontrando nesta faixa etária a força e energia para várias lutas que através das suas vozes nos nossos megafones encontram uma plataforma. Nos últimos tempos, a esquerda vê a sua tarefa junto dos mais jovens dificultada. A nossa tarefa primordial de organizar os jovens estudantes e trabalhadores é hoje mais difícil por diversas razões, mas a mais complexa e generalizada é o individualismo.

O algoritmo das redes sociais, que cada vez mais substitui as formas que conhecemos de estabelecer relações, empurra-nos para a conformidade e corroem a nossa privacidade. O discurso liberal proeminente, das telas à educação, promove constantemente o indivíduo num contraponto ao coletivo. É tentador a uma certa esquerda reabilitar o sujeito individual da emancipação neste contexto de hipertrofia do eu, ligada a uma globalização das demandas instintivas de cada indivíduo. Mas na nossa esquerda, o Bloco e os seus Jovens, a tarefa é construir uma nova forma de organização humana, onde os estudantes e trabalhadores tenham nas suas mãos a gestão do mundo que criam.

A crença na liberdade indeterminada do indivíduo, ou seja, na ordem social como uma justa recompensa pelo mérito de cada pessoa é a maior dificuldade que os Jovens do Bloco encontram hoje no seu trabalho. Um projeto coletivo é o contrário a tudo aquilo que esta crença hegemónica profetiza. O discurso do sujeito livre, que não depende de ninguém, é um dispositivo ideológico multifacetado e rapidamente passa de uma conversa quase motivacional de auto-ajuda para o discurso do mercado, e do mercado ao discurso da ordem.

A onipotência da liberdade individual, a atomização social, permitem à direita concretizar o seu discurso paternalista de ordem. O truque é simples. Primeiro, a solidão e a destruição da comunidade acontece, retirando todo o potencial subversivo ao coletivo. Depois, criticam levemente a financeirização e o sistema, isto sem nunca concretizar sobre as suas raízes. As vítimas do capitalismo neoliberal, precários e desorientados identificam aqui uma voz que os representam, que faz do seu medo o objeto discursivo principal. De uma forma paternalista e prepotente é proposto uma espécie de contrato social a esta camada precária e desorientada: “nós reconhecemos as vossas vidas e dificuldades, por isso devem abdicar da democracia e dos vossos direitos, de forma a que a sociedade seja limpa de todas as causas da vossa miséria”. Para a extrema-direita a nunca são as reais, mas sempre os que vêm a seguir na lista dos mais fracos e míseros.

A extrema-direita e a direita é uma ampla coalizão social, entre uma burguesia que se vê ilibada da exploração que impõe através da política que os defende, e precários, trabalhadores e pessoas que reconhecem a injustiça das suas vidas que veem na extrema-direita uma esperança de ter voz nesta democracia que não as tem ouvido.

À esquerda temos de nos apresentar como a plataforma para a voz dessas pessoas. Não se trata de “ouvi-las” como se fossem exógenas ao que queremos construir, ou fossem o nosso “objecto de estudo”. Trata-se de envolvê-las, procurar expandir a nossa base em escolas, no subúrbio e implementar os Jovens do Bloco. Organizar e trabalhar onde os discursos bonitos não bastam. Encontrar na sua revolta o combustível para a luta contra a concentração da riqueza em poucos, contra a guerra e por um futuro justo.

Os processos de transformação histórica, revoluções e revoltas desafiam sempre as concepções messiânicas da história. Não virá ninguém, enquanto pessoa individual, salvar o nosso projeto político - ele constrói-se no dia a dia da militância. Sem ídolos ou salvadores. O partido é o instrumento dos estudantes e trabalhadores, que serve para travar a luta contra o capital e as desigualdades por ele criadas ou agravadas. Os jovens, sejam eles trabalhadores, estudantes ou os dois, conhecem-se já necessariamente a si próprios. Os jovens detêm a consciência, ainda que confusa ou fragmentária da sua força e missão. Os Jovens do Bloco devem juntá-los e unir o que são agora fragmentos tanto lá fora, quanto cá dentro. Porque nós sabemos, que o Socialismo é a oposição ao individualismo.

SER JOVEM E NÃO SER REVOLUCIONÁRIO

Diogo Gomes, Lourenço Reigado, Madalena Guerreiro Maria Leonor Costa, Vitor Almeida Martins, Paulo Aguiar

“Ser jovem e não ser revolucionário é uma contradição genética” – Che Guevara

Ao longo da história, os jovens estudantes emergiram várias vezes como protagonistas de movimentos revolucionários pela reforma do ensino e democratização do país.

A crise académica de 1969, iniciada em Coimbra e posteriormente alastrada a nível nacional, permanece, nos dias de hoje, como um símbolo máximo do cariz revolucionário do movimento estudantil em Portugal. O movimento resultou principalmente do descontentamento coletivo comum face ao colonialismo e à repressão da ditadura fascista.

Já na década de 90, o papel dos movimentos juvenis ganhou também grande repercussão, com protestos e manifestações contra a PGA (Prova Geral de Acesso) e o aumento das propinas proposto pelo governo de Cavaco Silva.

Em todos estes casos viveram-se momentos de ação coletiva nas escolas.

Atualmente, verifica-se uma diminuição da participação política da juventude no campo estudantil, mais concretamente, no secundário.

Parte das associações de estudantes atuais fogem do plano reivindicativo característico das próprias, passando a ter um funcionamento mais semelhante ao de uma “comissão de festas” do que propriamente ao de um sindicato de alunos. Desta forma, acabam por não mobilizar os estudantes para a consciencialização e participação política.

Da mesma forma, a excessiva pressão académica não só impede os estudantes de possuírem momentos de lazer, como também cria um espaço causador de alienação, competitividade, meritocracia e individualismo, o típico “cada um por si”, o que dificulta a organização do coletivo. Assim, a exigência constante de desempenho escolar contribui



para a despolitização dos jovens, que passam a encarar a escola como um espaço exclusivamente avaliativo, e não como um espaço de formação cívica.

Além disso, o desinteresse dos alunos pela participação política convencional (partidária) anda a par de uma nova forma de participação política feita através das redes sociais. Este novo método de consciencialização é vantajoso por facilitar a divulgação informativa e a mobilização, através de petições, boicotes e organização de protestos e manifestações, porém apresenta a problemática de ser propício à difusão de fake news e discursos odiosos fomentados pelos algoritmos, como o redpill. Segundo um artigo do Público, publicado a 5 de Março deste ano, “um terço dos homens da geração Z tem visões mais conservadoras que homens dos anos 1960”.

Geralmente as primeiras experiências políticas são determinantes para a permanência ativa desses hábitos no futuro. O desenvolvimento do pensamento crítico individual e formação das convicções pessoais começam desde cedo, pelo que é importante consciencializar politicamente os jovens logo nessa faixa etária. A reformulação do método de abordagem aos estudantes é fundamental para promover o associativismo/ativismo revolucionário estudantil, e posteriormente, a filiação de novos militantes.

A CNJ deve assumir uma atitude de proximidade total com o secundário, estando presente nas Associações de Estudantes e organizando, politizando e agindo perto dos jovens.

Não queremos discursos populistas nem propostas ilusórias, queremos um sistema educativo justo, abrangente e com investimento público. O nosso futuro depende do presente de hoje e a urgência de agir nunca gritou tão alto.

O ENSINO ARTÍSTICO EM PORTUGAL

Lourenço Reigado

Contexto atual

O ensino artístico especializado em Portugal tem cada vez mais um papel fundamental no desenvolvimento e na democratização cultural. Mas para que este seja capaz de sobreviver é necessário uma maior responsabilidade estatal, que assegure o melhor funcionamento dos órgãos educativos.

Os últimos anos têm sido marcados por enormes faltas de responsabilidade por parte dos governos, nomeadamente na continuação de um dos maiores subfinanciamentos na área da educação no nosso país. As escolas que lecionam as artes visuais, audiovisuais e de espetáculo por todo o país continuam a receber o mesmo apoio desde 2009, o que tem colocado muitas instituições em situação de grande fragilidade financeira.

A esta fragilidade soma-se a desigualdade no acesso, uma vez que existem vagas limitadas para o financiamento público aos estudantes.

Outra grande desigualdade bastante notável é o facto da maioria destas escolas ou instituições estar concentrada nos meios mais urbanos, sobretudo nas áreas metropolitanas, limitando as oportunidades a muitos alunos, que ao invés de terem a possibilidade de estudar nesta área, continuam a ser alvos do sistema capitalista e ultra elitista em que vivemos.

Em simultâneo, persistem problemas ao nível das condições das infraestruturas, das condições dos equipamentos, e da valorização profissional. Os profissionais continuam a

trabalhar de forma precária e exaustiva, com elevada carga horária e falta de valorização na carreira.

A visão do B.E.

Perante este cenário, os milhares de alunos e profissionais têm se manifestado de forma consistente; o reforço e atualização do investimento público baseada na criação de uma rede pública de ensino artístico, a valorização dos profissionais e a garantia de acesso universal e equitativo para todos os alunos, são as causas artísticas que nos devem trazer para a rua. É neste contexto que o Bloco de Esquerda tem vindo a colocar este assunto no centro da discussão política.

A intervenção do partido sobre este assunto, tem incidido sobretudo nas questões estruturais do sistema, como a necessidade de integrar plenamente e expandir o ensino artístico na rede pública, como referido anteriormente, reduzir a dependência de modelos assente no setor privado e garantir maior estabilidade aos profissionais.

O bloco ainda tem vindo a defender a criação de mais escolas públicas, uma melhor distribuição territorial da oferta e a eliminação de barreiras económicas, como podemos observar nos projetos-lei:

“Projeto de Lei n.º 761/XIV/2.ª”

“Projeto de Lei n.º 862/XV/1.ª”

O desafio atual passa por construir uma rede pública estruturada, capaz de ultrapassar as desigualdades existentes e afirmar esta área como parte integrante da escola pública. Resta-nos continuar a lutar pela cultura em Portugal, centrando o debate nos reais problemas do ensino artístico especializado, de forma a consagrá-lo como um direito efetivo e universal no sistema educativo português.

JUVENTUDE, AUTONOMIA E COESÃO: REFORÇAR A LIGAÇÃO ENTRE AS REGIÕES AUTÓNOMAS E A AÇÃO NACIONAL DOS JOVENS DO BLOCO

Diogo Teixeira, Pedro Amaral, João Pedro Câmara, Francisco Pinto

As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores ocupam um lugar singular na organização política do Estado português. Dotadas de autonomia político-administrativa e de órgãos de governo próprio, estas regiões afirmam-se como polos fundamentais da vida democrática nacional. Para além da Assembleia da República, são os únicos territórios do país onde é possível eleger deputados para órgãos legislativos próprios, designadamente para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA) e para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (ALRAM), bem como os únicos onde existem governos regionais. Esta realidade confere-lhes um papel central que deve ser plenamente reconhecido e valorizado no plano político nacional.

No plano partidário, esta especificidade traduz-se também numa autonomia estatutária das estruturas regionais do Bloco de Esquerda, incluindo as suas estruturas jovens. Tal como acontece entre o Bloco de Esquerda nacional e o Bloco de Esquerda Madeira e Açores, também as estruturas jovens das Regiões Autónomas devem ver a sua autonomia respeitada. Isso significa que não estão dependentes das decisões, orientações ou



fiscalização da estrutura jovem nacional, devendo ter plena capacidade de definir a sua intervenção política de acordo com as realidades regionais. Neste contexto, a Comissão Regional de Jovens do Bloco de Esquerda Madeira, eleita a 29 de março de 2026, afirma-se como um órgão legítimo de intervenção política autónoma. Nos Açores, os jovens bloquistas organizam-se num núcleo que serve de plataforma ao isolamento que o mar impõe entre as ilhas.

No entanto, a autonomia não deve significar isolamento. Pelo contrário, deve assentar numa relação de cooperação ativa e permanente com a Comissão Nacional de Jovens. É essencial construir uma ligação política sólida entre estas estruturas, baseada no respeito mútuo e na partilha de objetivos comuns. Para tal, é necessário promover mecanismos regulares de articulação, assegurando que as estruturas regionais participam ativamente na definição da ação política nacional e que as suas propostas e especificidades são devidamente consideradas.

Simultaneamente, é fundamental que os Jovens do Bloco de Esquerda passem a olhar para as Regiões Autónomas como espaços prioritários de intervenção política. Madeira e Açores não são periferias, são centros de decisão política com capacidade legislativa própria e com impacto direto na vida de milhares de jovens e por isso, valorizar estas regiões implica integrar as suas lutas, prioridades e propostas no debate político nacional, reforçando uma visão mais justa e descentralizada do país.

Para além da articulação política, importa também reforçar a visibilidade das Regiões Autónomas no plano da comunicação e da mobilização. Os Jovens do Bloco de Esquerda dispõem de plataformas digitais com alcance nacional que devem refletir a diversidade territorial do país. Nesse sentido, esta moção defende que, de forma regular e articulada, sejam incluídos conteúdos sobre a Madeira e os Açores nas redes sociais nacionais dos Jovens do Bloco, nomeadamente através da produção de vídeos, publicações e outros formatos que deem visibilidade às realidades, lutas e iniciativas destas regiões. Sem prejuízo da autonomia editorial das estruturas nacionais, a inclusão consistente destes conteúdos permitirá afirmar as Regiões Autónomas como parte integrante do projeto político nacional, reforçando simultaneamente a visibilidade das estruturas jovens regionais e aproximando-as da dinâmica nacional.

No que diz respeito ao aprofundamento da autonomia, os Jovens do Bloco devem reafirmar as posições já defendidas pelo partido, contribuindo para a sua afirmação política. Entre as prioridades, destacam-se:

- O reforço dos poderes das Assembleias Legislativas Regionais
- Revisão da Lei das finanças regionais
- A criação de mecanismos que assegurem parecer vinculativo da Madeira e dos Açores em acordos internacionais que incidam sobre os seus territórios, economias ou populações

O aprofundamento da autonomia não é apenas uma questão institucional, é uma condição essencial para garantir justiça territorial, desenvolvimento equilibrado e maior proximidade entre a decisão política e as populações.

Assim, os Jovens do Bloco de Esquerda devem assumir um compromisso claro com o respeito pela autonomia das estruturas jovens das Regiões Autónomas, com o reforço da articulação entre os níveis regional e nacional, com a valorização política da Madeira e dos Açores enquanto polos centrais da democracia portuguesa e com a defesa de um aprofundamento efetivo da autonomia. Só desta forma será possível construir uma intervenção política jovem que seja simultaneamente autónoma, articulada e verdadeiramente nacional.

EFORÇAR A LIGAÇÃO ENTRE AS REGIÕES AUTÓNOMAS

ACESSO À CULTURA E O DESINVESTIMENTO NO MESMO

Catarina Rosa

Não é novidade que a cultura caiu e cada vez **mais** o acesso e as oportunidades no nosso País são muito escassas.

Sempre que algum jovem tem o sonho de seguir os estudos na arte, seja na atuação na dança, nas artes plásticas, na cenografia etc é alertado para a falta de oportunidades no País e a forma desvalorizada com que é vista e tratada pela sociedade. Os jovens deparam-se com imensas questões relacionadas com as saídas que os cursos dão. Mas a verdade é que por mais que existam os medos muitos de nós mergulhamos naquela que será uma das mais difíceis e maiores aventuras das nossas vidas, porque a arte é inevitável em nós, ou porque o amor à arte é grande.

Cresci no Norte e sempre me disseram que para ser atriz teria de vir para Lisboa, porque é aqui que estão as oportunidades e é aqui que podemos ter realmente uma carreira. Em certos aspetos é verdade que fora de Lisboa as oportunidades são quase nulas.

No meu caso larguei toda a minha vida no Norte para vir para Lisboa atrás de um sonho pelo qual tenho de pagar para viver.

Os acessos são cada vez mais reduzidos e o investimento na cultura é cada vez mais assustador; sejam eles por parte do ministério ou até das câmaras municipais e juntas de freguesia.

Já tive bastantes conversas sobre a falta de ajuda em diversos teatros na área de Lisboa com o Sr. Presidente da Câmara de Lisboa (Carlos Moedas) que recusou tais acusações dizendo que ajuda todos os teatros. Mas a verdade é que ajuda apenas os grandes teatros como o Politeama que neste caso nem precisa de tantas ajudas, enquanto temos outros teatros com graves problemas e nada é feito porque não acrescenta nada à imagem que Carlos Moedas quer passar.

Um grande exemplo ... porque é que o Teatro Maria Vitória continua fechado pelas fortes inundações? Teatros fechados implicam mais precariedade no setor porque envolve atores, técnicos e diretores sem trabalho.

(Mudanças no Teatro do Bairro Alto e no Museu do Aljube geram contestação e levantam dúvidas sobre o rumo da política cultural em Lisboa) esta notícia recente mostra o medo instalado depois das mudanças drásticas naquele que é um teatro de referência para muitos jovens.

Em Sintra o Teatro Byforção sofreu um grave incêndio nos seus armazéns há 1 ano (em 2025). A Câmara Municipal responsabilizou-se e agora recusa-se a falar no assunto.

Como podemos nós viver da cultura no nosso País? Como podemos acreditar nas promessas que ouvimos ou que ouvíamos em tempos sabendo que são apenas mentiras?

Nós lutamos, mas não temos respostas.

Vários artistas ainda esperam os apoios que lhes foram atribuídos na altura da pandemia.

Vejo tantos artistas desistirem das carreiras, abdicarem do que amam porque o governo não investe na cultura. Temos de ter vários outros trabalhos para poder trabalhar na arte e mesmo assim é impossível viver no nosso País.

No nosso País os artistas pagam para trabalhar.

Isto é triste e revoltante para os jovens e outros artistas que ainda hoje tentam ingressar neste mundo das artes. É previsível que as famílias tentem que não sigam esse caminho porque calculam que eles não tenham do que viver.



Como vamos trazer esperança para os jovens artistas e até para quem já exerce a carreira há anos, e vê o seu sonho a não passar disso - de um sonho.

Para os responsáveis pela cultura no campo da Direita, a cultura pode existir, por um lado como mero entretenimento - e não como uma oportunidade para o desenvolvimento de pensamento crítico, e terá de ser sempre rentável, no sentido em que traga lucro aos mesmos poucos, que pouco ou nenhum envolvimento têm com o processo criativo,

Uma cultura que visa apenas o entretenimento e o lucro, priva toda a população do seu desenvolvimento pessoal, criativo e comunitário.

Antes de ser lucrativa, a Arte deve ser **sustentável** e suprir a necessidade de quem a executa e em toda a sua produção está envolvida.

Para que haja uma população ativamente envolvida na execução e no usufruto das Artes, deve ser fomentado o acesso e o investimento à formação, criação e distribuição das várias formas de arte, preservando-se a sua liberdade e autonomia, conceitual, criativa e executiva.

Com a vertiginosa precarização de todos os aspetos da experiência humana e comunitária em Portugal, como podemos existir, subsistir e prosperar, se os responsáveis pelas medidas políticas que regem o nosso trabalho como artistas são os autores da depredação de toda a comunidade artística - dos autores ao público?

Eu quero poder viver no meu país, a trabalhar na arte , quero poder mostrar que vale a pena lutar pela nossa cultura , mas para isso temos de ter alguém que deixe de fazer promessas vagas e que pegue na cultura e realmente lhe dê o rumo e o respeito que realmente merece.

